



metro
mondego

RELATÓRIO E CONTAS 2019

VERSÃO APROVADA EM REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 2 DE MARÇO DE 2020

ÍNDICE

ÍNDICE	2
ÍNDICE DE QUADROS.....	5
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
2.1 Estrutura acionista	7
2.2 Órgãos Sociais	7
2.3 Recursos Humanos	8
3. ATIVIDADE GERAL DA EMPRESA	10
3.1 Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã	11
3.1.1 <i>Oferta</i>	11
3.1.2 <i>Procura</i>	12
3.2 Modelo de organização e gestão da operação do SMM.....	14
3.3 Estudos prévios e projeto de execução do SMM	15
3.3.1 <i>Troço suburbano (Alto de S. João – Serpins)</i>	15
3.3.2 <i>Troço urbano - Alto de S. João – Portagem – Coimbra B</i>	15
3.3.3 <i>Troço urbano - Linha do Hospital</i>	15
3.4 Candidatura a co-financiamento pelo POSEUR da infraestrutura do SMM	17
3.5. Concurso para aquisição de material circulante	17
3.6 Estudos e Projetos para o PMO	18
3.7 Bilhética e tarifário	18
3.8 Articulação com os SMTUC e CMC.....	19
4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	20
4.1 Objetivos de gestão	20
4.2 Gestão do risco financeiro	20
4.3 Prazo médio de pagamentos	20
4.4 Recomendações do acionista	21
4.5 Remunerações.....	21
4.6 Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público	24
4.7 Despesas não documentadas	25
4.8 Relatório sobre remunerações	25
4.9 Contratação Pública	26
4.10 Relatório anual sobre prevenção da corrupção	26
4.11 Sistema Nacional de Compras Públicas.....	27
4.12 Frota automóvel.....	27
4.13 Medidas de redução de gastos operacionais	28
4.14 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	30
4.15 Tribunal de Contas	30
4.16 Informação divulgada no site do Setor Empresarial do Estado (SEE) a 31 de dezembro de 2019	30
4.17 Quadro Resumo	32
5. GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	33
5.1 Análise Económica Global	33
5.2 Análise dos custos de estrutura.....	35
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	37
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019	38

1.	SUBSISTEMA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA	38
1.1	Demonstrações Financeiras	38
1.1.1	Balço	38
1.1.2	Demonstração de resultados por naturezas	39
1.1.3	Demonstração de fluxos de caixa	40
1.1.4	Demonstração das alterações no património líquido de 2019	41
1.2	Anexo às Demonstrações Financeiras	42
	Nota 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras	42
1.1.	Designação da entidade, período de relato:.....	42
1.2.	Endereço:.....	42
1.3.	Código da classificação orgânica:.....	42
1.4.	Tutela:.....	42
1.5.	Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:.....	42
1.6.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:.....	42
1.7.	Derrogação das disposições do SNC-AP.....	42
1.8.	Comparabilidade das demonstrações financeiras:.....	43
1.9.	Caixa e Depósitos Bancários	43
	Nota 2 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	43
2.1.	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:	43
2.1.1	Ativos Intangíveis	43
2.1.2	Ativos Fixos Tangíveis	44
2.1.3	Propriedades de Investimento	44
2.1.4	Rendimentos de transações com contraprestação	44
2.1.5	Rendimentos de transação sem contraprestação	44
2.1.6	Instrumentos financeiros	44
2.1.7	Benefícios dos empregados	45
2.2.1.	Imposto Sobre o Rendimento	45
2.2.2.	Apresentação apropriada e em conformidade com as NCP	45
2.2.3.	Informação comparativa.....	45
2.2.4.	Consistência na apresentação	45
2.2.5.	Materialidade e agregação	45
2.2.6.	Compensação	45
2.2.7.	Continuidade	45
2.2.8.	Principais fontes de incerteza das estimativas	46
2.2.9.	Principais pressupostos relativos ao futuro.....	46
	Nota 3 - Ativos intangíveis	47
3.1.	Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas	47
3.2.	Ativos intangíveis – adições	47
	Nota 4 - Ativos fixos tangíveis.....	47
4.1.	Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.....	47
4.2.	Ativos fixos tangíveis – adições.....	48
4.3.	Ativos fixos tangíveis - diminuições	48
	Nota 5 - Propriedades de investimento	49
	Nota 6 - Rendimento de transações com contraprestação	49
	Nota 7 - Rendimento de transações sem contraprestação.....	50
	Nota 8 - Acontecimentos após a data de relato	50
	Nota 9 – Instrumentos financeiros.....	51
9.1.	Outras Contas a Receber	51
9.2.	Outras Contas a Pagar	51

9.3. Diferimentos (Ativo)	51
9.4. Fornecedores	51
9.5. Estado e Outros Entes Públicos	52
9.6. Outras Contas a Pagar	52
9.7. Diferimentos (Passivo)	52
Nota 10 - Benefícios dos empregados	53
Nota 11 – Outras informações relevantes.....	53
11.1. Fornecimentos e Serviços Externos	53
11.2. Outros Gastos e Perdas	54
11.3. Outros Rendimentos e Ganhos.....	54
11.4. Imposto Sobre o Rendimento	54
1.3 Proposta de Aplicação de Resultados	54
2 SUBSISTEMA DE CONTABILIDADE ORÇAMENTAL	55
2.1 Demonstrações Previsionais.....	56
2.1.1 Orçamento	56
2.2 Demonstração de Relato Individual.....	58
2.2.1 Demonstração de Desempenho Orçamental	59
2.2.2 Demonstração de Execução Orçamental da Receita	60
2.2.3 Demonstração de Execução Orçamental da Despesa.....	62
2.2.4 Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	64
2.3 Demonstrações Orçamentais	64
2.3.1 Alterações Orçamentais da Receita	64
2.3.2 Alterações Orçamentais da Despesa.....	64
2.4 Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos	65
2.5 Operações de Tesouraria.....	65
2.6 Contratação Administrativa	66
2.6.1 Situação dos Contratos.....	66
2.6.2 Adjudicações por tipo de procedimento	67
2.7 Transferências e Subsídios.....	68
2.7.1 Transferências e Subsídios – Despesa	68
2.7.2 Transferências e Subsídios – Receita	68
2.8 Outras Divulgações.....	68
DATA E ASSINATURAS	69
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	70
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	73

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro de Pessoal da Metro Mondego	8
Quadro 2 – Prazo médio de Pagamento	21
Quadro 3 – Dívidas vencidas.....	21
Quadro 4 – Remunerações anuais da Mesa da Assembleia Geral	21
Quadro 5 – Composição do Conselho de Administração até 24.07.2019	22
Quadro 6 – Composição do Conselho de Administração após 24.07.2019	22
Quadro 7 – Comissão de Fixação de Remunerações	22
Quadro 8 – Remunerações no Conselho de Administração até 24.07.2019	22
Quadro 9 – Estatuto do Gestor Público do Conselho de Administração	23
Quadro 10 – Remunerações no Conselho de Administração após 24.07.2019.....	23
Quadro 11– Acumulação de Funções pelos membros do Conselho de Administração	23
Quadro 12 – Gastos anuais associados a deslocações em serviço pelos membros do Conselho de Administração	24
Quadro 13 – Origem e composição do Fiscal Único	24
Quadro 14 – Remunerações anuais do Fiscal Único.....	24
Quadro 15 – Gastos com Comunicações no Conselho de Administração	25
Quadro 16 – Gastos com combustível e portagens do Conselho de Administração	25
Quadro 17 – Gastos com a Frota Automóvel.....	27
Quadro 18 – Plano de Redução de Custos.....	28
Quadro 19 – Investimento realizado	29
Quadro 20 – Indicador de Otimização de Estrutura de Gastos Operacionais	29
Quadro 21 – Informação a constar no Site do SEE	31
Quadro 22 – Cumprimento das Orientações legais - 2019	32
Quadro 23 – Ativo não corrente	33
Quadro 24 – Ativo fixo tangível bruto	33
Quadro 25 – Ativo fixo em Curso.....	34
Quadro 26 – Capital Próprio	34
Quadro 27 – Passivo Corrente	34
Quadro 28 – Custos de Estrutura.....	35
Quadro 29 – Fornecimentos e Serviços Externos	35
Quadro 30 – Amortizações	36

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2019 representou um período de viragem no processo de concretização do Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM], como fica demonstrado por diversos desenvolvimentos ocorridos, de que são exemplo a consolidação do conceito de *Metrobus*, o lançamento pela Infraestruturas de Portugal da empreitada relativa ao troço suburbano, a realização dos estudos técnicos necessários para o estabelecimento das especificações dos veículos ou a conclusão do projeto relativo à linha urbana.

Embora ainda muito distante do nível de atividade que a empresa terá que atingir nos próximos anos, observou-se uma recuperação da dinâmica do processo, tendo sido também registado um compromisso claro com o projeto por parte de todos os acionistas da empresa.

Naturalmente, os atrasos e as modificações conceptuais profundas a que o SMM esteve sujeito durante as últimas duas décadas, erodiram de modo profundo a credibilidade que os cidadãos e as instituições regionais concedem a este projeto. Também por isso, é tão relevante registar aqui a inflexão deste processo e destacar o enorme esforço que será necessário realizar até readquirir a confiança dos agentes e dos cidadãos. É sabido que a confiança se pode perder num instante, mas são necessários anos a evidenciar resultados para ser possível recuperá-la, o que demonstra a dimensão do longo caminho que ainda temos que percorrer para que a população volte a acreditar no projeto e, ainda mais ambicioso, para que todos o sintam como seu. Estamos plenamente convictos que em 2019 se iniciou esse percurso, o que vem reforçar as exigências de muita perseverança, não só da Administração, mas também dos acionistas e dos trabalhadores.

Portanto, é da mais elementar justiça deixar aqui o nosso sincero de agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a inversão de tendência que acreditamos ter ocorrido em 2019, os quais terão que manter esse contributo para que o SMM se possa concretizar de acordo com o calendário previsto. Estão naturalmente neste grupo as entidades regionais com as quais nos relacionamos mais intensamente, como sejam a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, os municípios que serão futuramente servidos pelo *Metrobus* (Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã), a IP, a Secretaria de Estado das Infraestruturas e, não menos importante, os colaboradores da MM. A todos estamos gratos e da colaboração de todos dependemos para levar este projeto a bom porto.

Coimbra, fevereiro de 2020

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura acionista

A Metro-Mondego, S.A. [MM] é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando, portanto, o setor público empresarial, cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

Não se registaram no exercício alterações na estrutura acionista da empresa. Assim, de acordo com os respetivos Estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de janeiro, as participações sociais no capital dos acionistas da MM, compreendem as seguintes percentagens:

- a) Estado — 53%;
- b) Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã — 14% cada;
- c) Infraestruturas de Portugal, E.P.E. [IP] — 2,5%;
- d) CP - Comboios de Portugal, E.P.E. [CP] — 2,5%.

2.2 Órgãos Sociais

Na reunião da Assembleia Geral de 24 de julho procedeu-se à alteração do modelo de governo da sociedade, nomeadamente no que respeita à composição do Conselho de Administração que deixou de ser formado por um Presidente e dois vogais não executivos, para passar a incluir, para além do Presidente, um vogal com funções executivas e uma vogal com funções não executivas.

Até à realização da Assembleia Geral de 24 de julho, a composição dos órgãos sociais era a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:	<i>Presidente:</i> Luís Miguel Correia Antunes
	<i>Vice-Presidente:</i> Eng.º Paulo Jorge Carvalho Leitão
	<i>Secretária:</i> Dra. Sónia Serrano Pujalrás
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:	<i>Presidente:</i> Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo
	<i>Vogal (não-executivo):</i> Eng.º Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira
	<i>Vogal (não-executivo):</i> Eng.º Leonel Serra Nunes Pedro
FISCAL ÚNICO:	<i>ROC efetivo:</i> Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)

(em representação de Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados)

Suplente: Dr. João Manuel Rosa Lopes ROC nº 1029)

Na reunião da Assembleia Geral de 24 de julho procedeu-se à eleição dos novos órgãos sociais para o mandato do triénio 2019 a 2021, que passaram a ter a seguinte composição:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:	<i>Presidente:</i> Luís Miguel Correia Antunes
	<i>Vice-Presidente:</i> Prof. Doutor António Miguel Costa Batista
	<i>Secretária:</i> Dra. Sónia Serrano Pujalrás
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:	<i>Presidente:</i> Eng.º João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana
	<i>Vogal (executivo):</i> Prof. Doutor Eduardo Jorge Gonçalves Barata
	<i>Vogal (não-executiva):</i> Dr.ª Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo
FISCAL ÚNICO:	<i>ROC efetivo:</i> Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833) (em representação de Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados)
	<i>ROC Suplente:</i> Dr. João Manuel Rosa Lopes (ROC nº 1029)

2.3 Recursos Humanos

Não obstante um aumento significativo do volume de trabalho durante o ano de 2019, a MM manteve o número de colaboradores ao serviço relativamente ao ano anterior, num total de 11. Sublinha-se que, nesse ano, os recursos humanos da MM são inferiores em cerca de 45% ao valor registado em 2010, conforme se pode constatar no Quadro 1.

Em 2019, a composição do Conselho de Administração foi objeto de uma alteração qualitativa, na medida em que, tendo continuado a ser composto por 3 elementos, passou a apresentar, para além do Presidente, um Vogal com funções executivas e uma Vogal não executiva.

QUADRO 1 – QUADRO DE PESSOAL DA METRO MONDEGO

Recursos Humanos	2019	2018	2017	2016	2010
Efetivo Total	11	11	12	13	20
Colaboradores Executivos ¹	9	9	10	11	16
Idade Média	49	50	50	48	39,6
Média Trabalhadores Executivos	9	9	10	11	15
Contratados a termo	0	0	0	0	0
Quadros Técnicos	100%	100%	77%	70%	75%

¹ Não inclui administradores não executivos e trabalhador que se encontra em regime de licença sem vencimento.

Em 2018, a MM elaborou um Regulamento de Carreiras. Em 2019, a versão revista e consolidada deste Regulamento foi submetida para apreciação às tutelas técnica e financeira, respetivamente a

Secretaria de Estado das Infraestruturas e a Secretaria de Estado do Tesouro, aguardando-se o desfecho deste processo.

Também como consequência da escassez de recursos humanos disponíveis para executar todas as tarefas que foram exigidas em 2019, não foi possível facultar ações de formação destinadas aos elementos do quadro de pessoal da MM. No entanto, considera-se que esta situação deve ser apreciada como excepcional, pelo que já estão em curso ações que pretendem promover oportunidades de qualificação dos recursos humanos em áreas com relevância e pertinência para o exercício das funções que lhes estão atribuídas e que possam, simultaneamente, traduzir-se em ganhos efetivos para o desempenho individual de cada u, bem como para a empresa no seu conjunto.

Em 31 de Dezembro de 2019, a média de idades dos colaboradores é de 49 anos, sendo de destacar que todos, sem exceção, possuem formação superior.

3. ATIVIDADE GERAL DA EMPRESA

Em 2019, a MM deu continuidade à prossecução da gestão dos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã. Na mesma linha de continuidade, na dimensão mais técnica das atividades desenvolvidas pela MM continua a merecer destaque o acompanhamento e colaboração com a IP no desenvolvimento do estudo prévio dos projetos de execução dos troços urbanos de Coimbra (Alto de S. João – Portagem – Coimbra B) e da Linha do Hospital, e a que acresce a regular execução de vistorias e a apreciação e emissão de pareceres relativos a pedidos para intervenções urbanísticas na envolvente do canal do Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM].

Na sequência das orientações recebidas do Governo e no quadro da implementação do SMM, na solução *Metrobus*, foi atribuída à MM a responsabilidade direta da operação do sistema. Neste âmbito, as atividades da empresa refletem de modo expressivo o modo como a MM tem vindo a dar seguimento às obrigações que decorrem das suas responsabilidades na implementação do SMM. Em 2019 foram desenvolvidas tarefas incluídas na preparação do lançamento do concurso público para a aquisição do material circulante e sistemas de carregamento elétrico, nomeadamente no que concerne à elaboração das especificações técnicas e dos documentos que serão patenteados a concurso. Em paralelo, foram aprofundados os procedimentos para a elaboração do projeto de execução, estudos complementares e lançamento do concurso para o Posto de Manutenção e Oficinas [PMO]. Foram ainda iniciados os trabalhos de preparação de procedimentos que será necessário assegurar previamente à entrada em operação. Merecem destaque as atividades enquadradas na definição dos sistemas técnicos (e. g. sistemas de ajuda à exploração, comunicações, informação ao passageiro, videovigilância), a realizar pela IP em colaboração com a MM, para possibilitar o lançamento do concurso respetivo no primeiro semestre de 2020. Finalmente, as alterações estruturais no transporte público que se espera poderem vir a ser intensificadas com a entrada em operação do SMM na sua área de influência, justificaram ainda um forte envolvimento da MM nos trabalhos para a definição de um tarifário multimodal para a Região de Coimbra, em articulação com a elaboração das especificações técnicas do sistema de bilhética do SMM, com a esperada realização, a curto-prazo, de um concurso público para a sua aquisição e colocação em serviço.

Na Baixa da cidade de Coimbra, a MM concluiu praticamente todas as atividades processuais e de licenciamento que permitiram o lançamento, já em fevereiro de 2020, do concurso público para a empreitada de desconstrução e construção dos edifícios localizados na Praça 8 de Maio, Rua da Sofia,

Travessa da Rua Nova e Rua Nova, de modo a permitir a conclusão da libertação do canal de atravessamento da Baixa fundamental para a implementação da Linha do Hospital no troço entre a Avenida Aeminium e a Rua da Sofia.

Como último marco de grande relevância para a MM em 2019, destaca-se a submissão, no dia 2 de dezembro de 2019, da candidatura da IP ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos [POSEUR], para financiamento comunitário das obras nas infraestruturas a cargo daquela Empresa, na qual a MM está ativamente envolvida.

3.1 Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã

No que respeita aos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã, em 2019 não houve alterações significativas no seu *modus operandi*, mantendo-se a gestão do contrato a cargo da CP (incluindo venda de bilhetes, formação dos motoristas e fiscalização), sendo o acompanhamento geral, informação e reclamações, para além do pagamento dos défices de exploração e gestão e manutenção da infraestrutura de apoio, da responsabilidade da MM.

3.1.1 Oferta

Apesar da continuidade relativamente aos exercícios anteriores, no que respeita à oferta Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã, nomeadamente indicadores da evolução da qualidade do serviço, é oportuno destacar que em 2019 se assistiu a uma redução muito expressiva das reclamações recebidas (cf. Fig. 1). Sublinha-se que o processo de tratamento é efetuado ao abrigo das Normas de Procedimento estabelecidas, garantindo uma gestão das reclamações transparente e eficaz, com definição das responsabilidades da MM, sem prejuízo das que estão cometidas à CP e ao operador rodoviário. A Fig. 1 permite quantificar esta evolução, bem como avaliar as principais componentes destacadas como estando na origem das reclamações apresentadas.

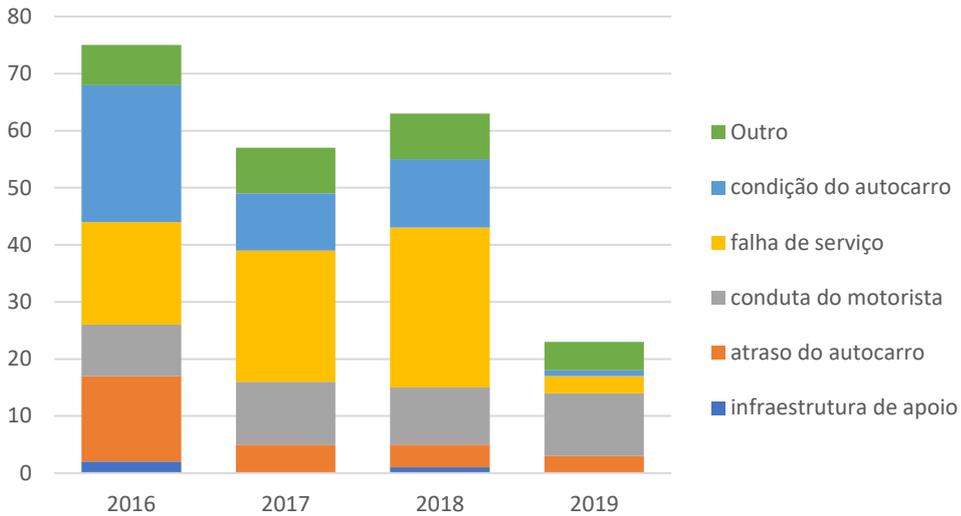


Figura 1 - Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã: evolução e tipologia das Reclamações

Para a melhoria dos indicadores da qualidade dos serviços prestados, admite-se ter sido determinante a experiência acumulada que, entre outros aperfeiçoamentos, foi determinante para a elaboração do Caderno de Encargos do último concurso, adjudicado à *Transdev*, nomeadamente no que respeita às especificações relacionadas com a qualidade dos autocarros e penalizações impostas ao operador pelas situações de incumprimento das condições contratuais do contrato.

3.1.2 Procura

Em 2019, a Procura dos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã registou um ligeiro aumento, contrariando uma tendência de quebra de passageiros que se verificava há alguns anos. Conforme se apresenta na Fig. 2, em 2019 foram transportados 680.270 passageiros (mais 28.110 passageiros do que em 2018). Esta variação inverte a tendência registada nos últimos anos. É importante notar que esta variação é alcançada apesar do desgaste normal resultante do prolongamento no tempo de um serviço pensado para um horizonte temporal muito mais curto e transitório.

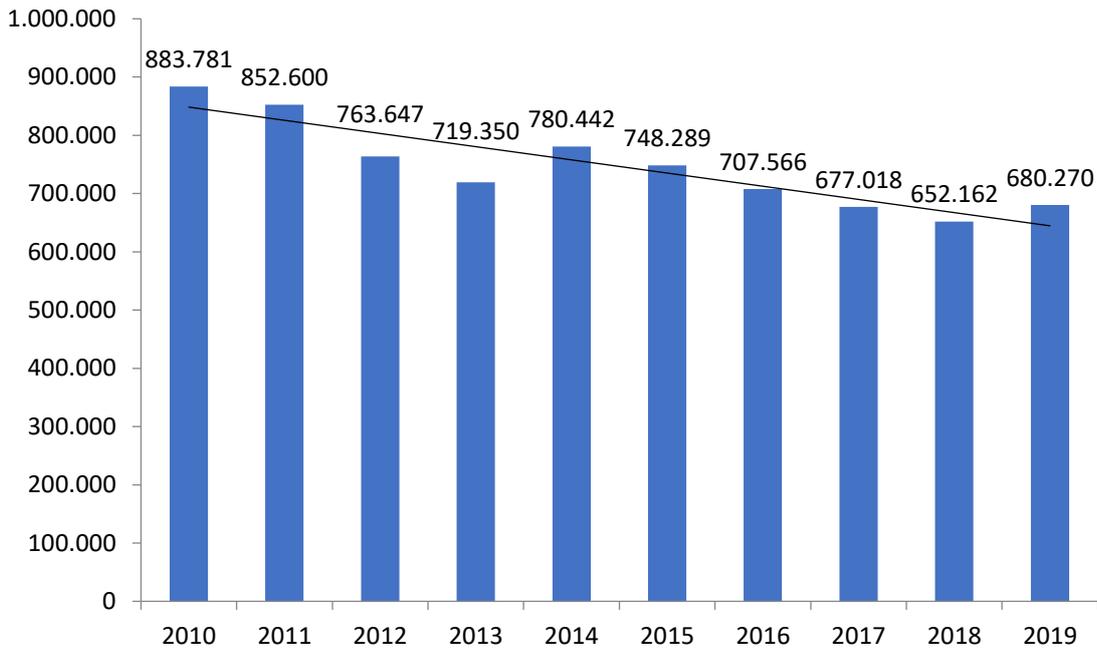


Figura 2 - Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã: evolução do número de Passageiros

A variação positiva assinalada no número de passageiros transportados pelos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã é concomitante com a entrada em vigor a 1 de junho de 2019, do Programa de Apoio à Redução Tarifária [PART], que reduziu em 30% o valor das assinaturas mensais.

Para possibilitar a implementação do PART foi aprovado o “Protocolo de Execução para implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária” entre a Metro Mondego e a CIM – Região de Coimbra que tem como objeto a articulação para a operacionalização da aplicação do PART nos Serviços Alternativos, em sintonia com o “Contrato Interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências” entre a CIM-RC (Autoridade Regional de Transportes) e o Estado (Autoridade de Transportes da Metro Mondego). Na Fig. 3 é possível confirmar um aumento significativo de viagens com assinatura (+34.498).

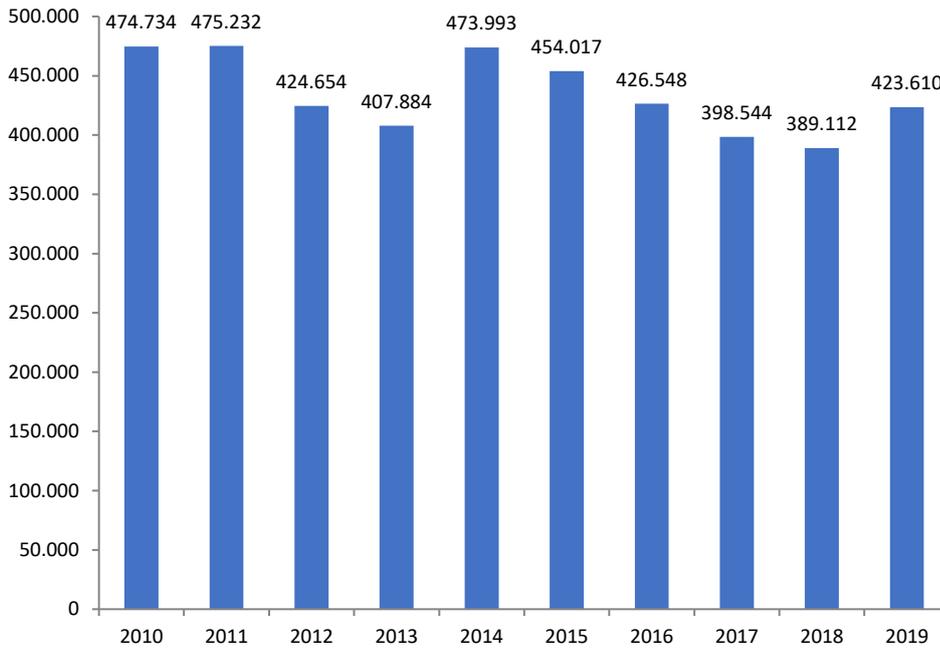


Figura 3 - Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã: evolução do número de Viagens com Assinatura

3.2 Modelo de organização e gestão da operação do SMM

Das decisões da Tutela e acionistas, transmitidas no decurso de 2019, sobre o quadro da concessão atribuída à MM, destaca-se o pressuposto fundamental da operação pública do SMM, isto é, uma operação realizada por meios internos da MM, não adotando a possibilidade de subconcessão prevista no artigo 4º do Decreto-Lei nº 226/2004. Para a estabilização do modelo escolhido e para suporte das futuras decisões de financiamento nas fases de investimento e operação do SMM, a MM procedeu, em agosto de 2019, à contratação de um estudo para “definição do modelo de organização e gestão da operação” do sistema, compreendendo os seguintes aspetos:

- Modelo institucional de organização e gestão do SMM
- Quadro de pessoal e custos de exploração do SMM
- Modelo económico-financeiro

Os resultados deste estudo forma importantes como suporte à análise custo-benefício do SMM, constituindo-se deste modo como um documento de referência da candidatura ao POSEUR e de apoio ao diálogo com a Tutela e acionistas.

3.3 Estudos prévios e projeto de execução do SMM

3.3.1 Troço suburbano (Alto de S. João – Serpins)

Com o lançamento em 4 de fevereiro de 2019, pela IP, do concurso para a empreitada do troço suburbano, ficou concluída uma fase relevante da colaboração da Metro Mondego com a IP no desenvolvimento do projeto de execução deste troço, de adaptação da infraestrutura existente, construída originariamente para o Metro Ligeiro, à solução BRT/*Metrobus*.

3.3.2 Troço urbano - Alto de S. João – Portagem – Coimbra B

As reuniões técnicas realizadas com a Camara Municipal de Coimbra [CMC] para discussão da solução e traçado do *Metrobus* na zona urbana de Coimbra, iniciadas em 2018, permitiram a obtenção de um consenso global sobre o traçado, o tipo de segregação do canal e a localização e formato de estações e dos terminais urbanos (Coimbra-B, Alto de S. João). Deste modo foi possível concluir a maior parte do Estudo Prévio do troço urbano da Linha da Lousã até ao final de 2018, tendo a sua conclusão ocorrido no início de 2019. Foram elaborados os projetos de execução, concluídos também na sua grande maioria em 2019.

3.3.3 Troço urbano - Linha do Hospital

Durante os primeiros meses de 2019 foi realizado um estudo de traçado e reordenamento de trânsito relativo à Linha do Hospital, permitindo aprofundar e expandir a análise qualitativa de alternativas de traçado já realizada internamente. Este estudo serviu de suporte à tomada de decisão sobre o traçado desta Linha, aprovado pela Câmara Municipal de Coimbra, tendo fornecido dados à IP para o subsequente Estudo Prévio e Projeto de Execução da infraestrutura e servido de referência para o Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução [RECAPE].

Em articulação com o desenvolvimento do projeto da Linha do Hospital do SMM, que atravessa a Baixa de Coimbra numa zona de importância patrimonial reconhecida, integrando a lista de sítios classificados como Património Mundial pela UNESCO, tornou-se crítico o desenvolvimento do processo de libertação do canal do SMM a poente da Rua da Sofia. De facto, na medida em que a execução da Linha do Hospital exige a desconstrução/demolição dos designados edifícios A1 e A2, oportunamente a MM mandou elaborar os respetivos projetos de execução, os quais foram aprovados e licenciados pela Coimbra Viva, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana S.A. em 2012.07.06 e em 2011.01.24, respetivamente, cumprindo, as exigências da Declaração de Impacte Ambiental [DIA], da Tutela do Património Cultural, do disposto no Estudo de Integração Urbana [EIU] e do estabelecido na 1ª

Unidade de Intervenção da Coimbra Viva “Área de Reabilitação Urbana [ARU] - Coimbra Baixa”. No que concerne à metodologia para a execução da obra, na sequência do Parecer nº 5/2019, de 16 de maio, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial [UTAM], o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Despacho nº 550/19 SET, considerou não estarem reunidas as condições necessárias para viabilizar a participação da MM no “Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana – Coimbra Viva I” [FundBox], através da alienação das parcelas sobrantes e correspondente subscrição de capital em montante igual ao da valorização daquelas parcelas. Esta decisão obrigou à conceção e implementação de uma alternativa, tendo sido elaborado o documento designado “*Proposta de Metodologia para Execução do Canal de Atravessamento da Baixa de Coimbra*” que mereceu a concordância das Tutelas Sectorial e Financeira. Assim, a intervenção a realizar na zona do canal do SMM a sul da Rua da Sofia, deverá ser feita em articulação entre a MM e a ESTAMO, nos termos do Protocolo estabelecido entre ambas as entidades. Tendo presente que, nos termos dos documentos referidos, foi atribuída à MM a responsabilidade pela execução da empreitada de desconstrução/demolição e reabilitação dos edifícios A1 e A2, foram elaboradas as peças necessárias para o lançamento dos concursos públicos da empreitada e da fiscalização.

Nos prédios expropriados referentes aos dois edifícios a contruir, assinalam-se 3 empresas comerciais, arrendatárias de imóveis já adquiridos pela MM, cujas atividades são particularmente relevantes: uma pastelaria/padaria, uma farmácia e um restaurante. Foi anteriormente celebrado com cada uma destas 3 empresas um acordo indemnizatório, adequado especificamente a cada uma, de modo assegurar a presença no local pelo máximo período de tempo e permitir a sua permanência no local após a implementação do SMM, minimizando os custos indemnizatórios a suportar pela MM. Os projetos dos edifícios A1 e A2 foram elaborados tendo em vista a satisfação dos acordos citados, contemplando os espaços necessários para acolher estas atividades. O prazo de execução inicialmente previsto para a empreitada de construção dos edifícios foi estimado em 35 meses, de modo a cumprir a sequência de trabalhos acordada com estas 3 entidades. Porém, dada a urgência na disponibilização do canal de modo a adequar a empreitada ao calendário do SMM, foi elaborada uma proposta que possibilita a redução do prazo de 35 para 23 meses, conforme especificado no documento “*Proposta de Acordo com a Palmeipan para alteração das cláusulas contratuais relativas às condições de mudança das instalações*” submetido à consideração da Secretaria de Estado das Infraestruturas a 02/12/2019.

Ainda neste âmbito foi também solicitada a autorização relativa à assunção de encargos plurianuais decorrentes desta intervenção, ficando reunidas as condições necessárias para o lançamento dos concursos de construção e fiscalização no início de 2020.

3.4 Candidatura a co-financiamento pelo POSEUR da infraestrutura do SMM

No dia 2 de dezembro de 2019 a IP submeteu ao POSEUR a candidatura para financiamento comunitário das obras nas infraestruturas a cargo daquela Empresa. A MM participou ativamente em todos os trabalhos associados a este processo, contribuindo para uma adequada articulação das várias componentes envolvidas, nomeadamente a infraestrutura, os veículos, a política tarifária e a bilhética, e operação e organização da rede de transportes na região de Coimbra.

A colaboração da MM abrangeu as seguintes atividades:

- Realização de estudos de suporte à candidatura, designadamente:
 - Colaboração na revisão do Estudo de Exploração do SMM (realizada pela IP);
 - Realização do estudo de “definição do modelo de organização e gestão da operação do SMM”, acima referido;
 - Realização de estudos de segurança e do sistema de energia, desenvolvidos no âmbito da assessoria técnica ao concurso de veículos, adiante referida.
- Colaboração nas interações preparatórias da candidatura com o POSEUR e o JASPERS (organismo do Banco Europeu de Investimentos que presta assessoria à elaboração de candidaturas a co-financiamento europeu de grandes projetos);
- Preparação da documentação da candidatura, designadamente o Formulário de Grande Projeto e da memória descritiva do projeto.

3.5 Concurso para aquisição de material circulante

A aquisição de material circulante - veículos elétricos constitui uma das atividades mais relevantes e críticas para a implementação do SMM. Este processo foi objeto de esforço redobrado a partir do 2º trimestre de 2019, tendo como ponto de partida as recomendações do estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil [LNEC] e IP de 2017 sobre a solução rodoviária para o SMM. Para a elaboração de especificações funcionais e técnicas de veículos foi contratada uma assessoria com os seguintes objetivos específicos:

- Realização de estudos de suporte necessários para fixar o conceito de exploração e veículos, incluindo um estudo de segurança e um estudo de energia, em complemento do estudo de exploração existente.
- Preparação de especificações técnicas dos elementos objeto do concurso – veículos, sistema de carregamento de baterias, sistemas de apoio à condução, manutenção.
- Preparação de especificações de infraestruturas dependentes dos veículos, incluindo o PMO/Parque de recolha.

- Preparação de documentos concursais (caderno de encargos e programa de concurso) para o concurso de fornecimento de veículos e sistemas auxiliares.

A conclusão da elaboração das especificações técnicas e documentos concursais está prevista para o primeiro trimestre de 2020, a que se seguirá o concurso no trimestre seguinte.

3.6 Estudos e Projetos para o PMO

De modo a preparar a contratação da equipa projetista para a elaboração de estudos e projetos de execução do PMO, e o posterior lançamento do concurso da empreitada de construção, foi realizado um estudo preliminar interno pela MM, em maio de 2019, tendo sido estabilizada a sua localização na Av. da Guarda Inglesa (Coimbra), em zona adjacente ao Parque de recolha dos SMTUC.

Posteriormente, já no âmbito da “Assessoria técnica ao concurso de fornecimento de veículos para o SMM”, foram elaboradas as especificações funcionais, encontrando-se em curso a elaboração dos documentos concursais para o procedimento de contratação da empreitada de construção do PMO, respetivo equipamento e da prestação de serviços de gestão e fiscalização da empreitada.

3.7 Bilhética e tarifário

Em 2019 foi celebrado um Protocolo envolvendo a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra [CIM-RC], a MM e a CMC, enquadrando a realização, articulada entre estas entidades, de estudos sobre os seguintes temas fundamentais para a gestão eficiente dos transportes públicos da Região:

- Sistema de bilhética intermodal para a Região de Coimbra, incluindo o sistema supra-operador para gestão de títulos multimodais e repartição de receitas, e do modelo institucional de gestão do sistema.
- Tarifário multimodal para a Região de Coimbra, incluindo a definição da base tarifária média e de regras de repartição de receitas entre operadores (serviços rodoviários interurbanos, SMTUC, SMM, CP).
- Plano ferroviário para a Região de Coimbra.

A análise e discussão dos resultados obtidos permitirá que as entidades envolvidas obtenham, desejavelmente durante o ano de 2020, o consenso necessário à construção dos alicerces técnicos e institucionais do futuro sistema intermodal de bilhética da região.

3.8 Articulação com os SMTUC e CMC

Em 2019 a MM desenvolveu duas iniciativas tendo em vista a obtenção de sinergias entre o SMM e a rede dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra [SMTUC], na perspetiva alargamento dos benefícios da implementação do sistema aos frequentadores do Polo I da Universidade de Coimbra e das instituições de ensino e serviços médicos e hospitalares nas imediações da Av. Bissaya Barreto. Para este efeito foram realizados dois estudos internos, posteriormente apresentados/debatidos com a CMC e /SMTUC, e a Universidade de Coimbra, tendo nomeadamente como objetivos a obtenção de propostas de otimização de interfaces e de articulação da oferta entre o SMM e os SMTUC. Em resultado deste processo, merece destaque a intenção de ponderar alternativas específicas para os seguintes locais e trajetos:

- Praça da República - Polo I da UC: para o efeito foi proposta a criação de uma carreira dos SMTUC (tipo *navette*), circulando em parte do trajeto no canal dedicado do SMM e utilizando as estações do SMM na Praça.
- HUC / Consultas externas - Av. Bissaya Barreto: foi apresentado uma proposta para criação de uma ligação pedonal de elevada qualidade entre a saída do acesso vertical da estação do SMM dos HUC e a paragem dos SMTUC na Av. Bissaya Barreto, envolvendo a construção de uma cobertura entre esses dois locais e o ordenamento do espaço envolvente.

4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

4.1 Objetivos de gestão

A versão inicial do Plano de Atividades e Orçamento para 2019 [PAO 2019] foi oportunamente submetido à Direção-Geral do Tesouro e Finanças [DGTF], através da plataforma do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira [SIRIEF].

Na sequência da Assembleia Geral ordinária da Sociedade, ocorrida em 24 de julho, e em consonância com as orientações aí emanadas pelos acionistas, procedeu-se à revisão final do PAO 2019, o qual foi submetido em 17 de setembro de 2019, e posteriormente aprovado pela Secretaria de Estado das Finanças e pelos acionistas através de uma Declaração Unânime por Escrito exarada em 30 de dezembro.

Tendo em vista a implementação do SMM, manteve-se a operação dos Serviços Alternativos Rodoviários, iniciaram-se os trabalhos preparatórios da empreitada de desconstrução e construção dos edifícios na Baixa de Coimbra, contratou-se a assessoria para a preparação do concurso de aquisição de veículos, foi realizado o estudo de traçado e de reordenamento do trânsito na Linha do Hospital e contratado o estudo de gestão e exploração futuras da MM.

Com anteriormente se refere, o ano de 2019 marca um ponto de viragem na atividade da empresa, rompendo com o paradigma de gestão corrente que caracterizou os anos mais recentes. Esta alteração estrutural está na origem do aumento dos custos de funcionamento, em particular dos Fornecimentos e Serviços Externos [FSE] em 13,7% e do investimento em 61,6%, quando comparados com o ano anterior.

4.2 Gestão do risco financeiro

A MM não detém qualquer empréstimo contratado desde 2014, pelo que não suporta juros com passivos remunerados nem outros encargos financeiros análogos.

4.3 Prazo médio de pagamentos

No que concerne ao prazo médio de pagamentos, foram aplicadas as orientações em vigor.

QUADRO 2 – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

PMP	2019	2018	2019/2018	
			Δ Absol.	Var. %
Prazo (dias)	37	36	1	2,8%

A 31 de dezembro não existiam pagamentos em atraso.

QUADRO 3 – DIVIDAS VENCIDAS

Dívidas Vencidas ¹	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do		
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias
Aq. de bens e serviços	2 023	-	-	-
Aq. de capital	134 009	-	-	-
Total	136 032	-	-	-

¹ Inclui dívida registada no cumprimento do prazo de pagamento de 30 dias

4.4 Recomendações do acionista

Em Assembleia Geral Ordinária (24/07/2019), a representante do acionista Estado, no ponto cinco da ordem de trabalhos - “Apreciação e deliberação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019” *“propôs e votou favoravelmente que o plano de Atividade e Orçamento para 2019 seja posteriormente objeto de deliberação através da Deliberação Social Unânime por Escrito, considerando que não foi possível assegurar o cumprimento de todos os formalismos associados ao respetivo processo de aprovação.”* Nesta sequência, a referida Deliberação Unânime por escrito foi outorgada em 30 de dezembro, aprovando o citado Plano.

4.5 Remunerações

Conforme instituído, apresentam-se nesta secção as informações relativas ao estatuto remuneratório, e respetivas remunerações auferidas, dos membros dos Órgãos Sociais.

QUADRO 4 – REMUNERAÇÕES ANUAIS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada	Paga
2012/2014	Presidente	Luís Miguel Correia Antunes	615,02	-
2012/2014	Vice Presidente	Paulo Jorge Carvalho Leitão	307,51	307,51
2012/2014	Secretária	Sónia Serrano Pujalrás	307,51	307,51
2019/2021	Presidente	Luís Miguel Correia Antunes	500,00	-
2019/2021	Vice Presidente	António Miguel Costa Batista	425,00	-
2019/2021	Secretária	Sónia Serrano Pujalrás	350,00	-

QUADRO 5 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ATÉ 24.07.2019

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO ⁽²⁾		Nº Mandatos	Observ.
			Forma ⁽¹⁾	Data	Sim/Não	Ent. Origem	Ent. Pagadora		
2012/2014	Presidente executivo	João José Nogueira Gomes Rebelo	AG	07/11/2012	Não	-	MM	2	a)
2012/2014	Vogal não executivo	Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira	AG	07/11/2012	Não	-	MM	5	b)
2012/2014	Vogal não executivo	Leonel Serra Nunes Pedro	AG	07/11/2012	Não	-	MM	1	-

1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - previstas no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-origem/D-Destino)

a) Por cedência especial de interesse público (CCDRC). Iniciou o 1º mandato como vogal executivo a 4 de maio de 2010.

b) Iniciou o primeiro mandato a 6 de junho de 2002.

QUADRO 6 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO APÓS 24.07.2019

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO ⁽²⁾		Nº Mandatos	Observ.
			Forma ⁽¹⁾	Data	Sim/Não	Ent. Origem	Ent. Pagadora		
2019/2021	Presidente executivo	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	AG	24/07/2019	Não	-	MM	1	c)
2019/2021	Vogal executivo	Eduardo Jorge Gonçalves barata	AG	24/07/2019	Não	-	MM	1	d)
2019/2021	Vogal não executivo	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	AG	24/07/2019	Não	-	MM	1	-

1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - previstas no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-origem/D-Destino)

c) Acordo de cedência ocasional (Metro do Porto)

d) Acordo de cedência de interesse público (Universidade de Coimbra)

QUADRO 7 – COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

Conselho de Administração [Membro]	Comissão de Fixação de Remunerações da MM			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração Mensal Bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de Representação
Presidente	Ata nº 2	-	4 204,67	1471,94
Administrador não executivo	Ata nº 2	-	615,02	-

¹⁾ Não inclui o corte de 5%, conforme artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

No mandato que cessou funções a 24 de julho de 2019, o Presidente do Conselho de Administração e os dois Vogais não executivos eram remunerados de acordo com a ata nº 2 da Comissão de Fixação de Remuneração de 2002, em sintonia com o nº 3 da RCM nº 36/2012 de 26 de março, apresentando-se no Quadro seguinte os valores das remunerações obtidas.

QUADRO 8 – REMUNERAÇÕES NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ATÉ 24.07.2019

Mandato	Conselho de Administração	Remuneração Anual 2019 (€)				
		Fixa (1)	Variável (2)	Valor		Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
				Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	
até 24/7/2019	João José Nogueira Gomes Rebelo	40 943,71	0	40 943,71	2 103,12	38 840,59
até 24/7/2019	Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira	4 876,55	0	4 876,55	243,83	4 632,72
até 24/7/2019	Leonel Serra Nunes Pedro	4 876,55	0	4 876,55	243,83	4 632,72

1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

QUADRO 9 – ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração [Membro]	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração Mensal Bruta (€)	
			Vencimento ¹	Despesas de Representação ¹
Presidente	Sim	C	4 578,20	1 831,28
Administrador Executivo	Sim	C	3 662,56	1 465,02
Administrador não executivo	Sim	C	915,64	0,00

¹) Não inclui o corte de 5%, conforme artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

O Conselho de Administração cujas funções se iniciaram em 24 de julho de 2019 é remunerado de acordo com o Estatuto do Gestor Público, nos termos da deliberação da Assembleia Geral ocorrida nessa data, apresentando-se no Quadro seguinte os valores das remunerações anuais auferidas.

QUADRO 10 – REMUNERAÇÕES NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO APÓS 24.07.2019

Mandato	Conselho de Administração	Remuneração Anual 2019 (€)				
		Fixa (1)	Variável (2)	Valor	Reduções	Valor Bruto
				Bruto (3)=(1)+(2)	Remuneratórias (4)	Final (5)=(3)-(4)
desde 24/07/2019	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	34 697,79	0	34 697,79	1 659,98	33 037,81
desde 24/07/2019	Eduardo Jorge Gonçalves barata	28 653,40	0	28 653,40	1 432,67	27 220,73
desde 24/07/2019	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	5 223,74	0	5 223,74	261,19	4 962,55

1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

A MM cumpre com as reduções remuneratórias em vigor assim e não liquida prémios de gestão.

QUADRO 11 – ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início-Fim)	Membro do Conselho de Administração	Acumulação de Funções		
		Entidade	Função	Regime
2012/2014	Presidente executivo João José Nogueira Gomes Rebelo	Casa de Repouso de Coimbra	Direção ⁽¹⁾	IPSS
2012/2014	Vogal não executivo Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira	Câmara Municipal de Miranda do Corvo	Quadro Superior	Público
2012/2014	Vogal não executivo Leonel Serra Nunes Pedro	Comboios de Portugal	Resp. Mat. Circulante	Público
2019/2021	Presidente executivo João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	Universidade Portucalense Infante D. Henrique	Prof. Associado Convidado	Privado
2019/2021	Vogal executivo Eduardo Jorge Gonçalves barata	Faculdade Economia Universidade Coimbra	Prof. Auxiliar Convidado	Público
2019/2021	Vogal não executivo Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	Águas de Coimbra	Jurista	Público

2012/2014 - Duração do mandato que se estendeu até 24 de julho de 2019, por ausência de eleições de nomeação dos Órgãos Sociais

1) Presidente da Direção, não remunerado e sem funções executivas. Autorizado pela tutela, conforme ofício n.º 5078, de 9 de agosto de 2013, da DGTf.

Na sequência, e em conformidade com os termos da deliberação sobre esta matéria na reunião da Assembleia Geral de julho de 2019, foi submetido à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública [ESPAP] um pedido de aquisição de viaturas de serviço para afetação ao novo Conselho de Administração. Na medida em que não foi possível concluir este processo em 2019, este procedimento não produziu efeitos no ano em análise.

QUADRO 12 – GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato	Conselho de Administração	Gastos Anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto Total com viagens
		Deslocações em Serviço ⁽¹⁾	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		
					Identificar	Valor	
até 24/7/2019	João José Nogueira Gomes Rebelo	566	0	n/a	D. Representação	77	643
até 24/7/2019	Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira	0	0	n/a			0
até 24/7/2019	Leonel Serra Nunes Pedro	0	0	n/a			0
desde 24/07/201	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	2 198	146	n/a			2 344
desde 24/07/201	Eduardo Jorge Gonçalves barata	928	0	n/a	D. Representação	43	970
desde 24/07/201	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	0	0	n/a			0

1) Inclui despesas de estacionamento, portagem, combustível, refeição e títulos de transporte

No âmbito do estatuto remuneratório para os órgãos Sociais deliberado em Assembleia Geral de 24 de julho de 2019, a remuneração ilíquida do fiscal único foi afixada no limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses de remuneração global mensal ilíquida atribuída nos termos legais ao Presidente do Conselho de Administração, a pagar em duodécimos mensais.

Não houve lugar a prestação de serviços adicionais para além dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das funções de Fiscal Único na sociedade.

QUADRO 13 – ORIGEM E COMPOSIÇÃO DO FISCAL ÚNICO

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		nº anos funções exercidas
		Nome	Nº inscrição OROC	Nº registo CMVM	Forma	Data	
2012/2014		Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	-	20161435		04/05/2010	10
2012/2014	Fiscal Único Efetivo	José de Jesus Gonçalves Mendes	833	20160459	AG	04/05/2010	10
2012/2014	Fiscal Único Suplente	João Manuel Rosa Lopes	1029	20160643	AG	04/05/2010	10
2019/2021	Presidente executivo	Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	-	20161435		24/07/2019	10
2019/2021	Fiscal Único Efetivo	José de Jesus Gonçalves Mendes	833	20160459	AG ⁽¹⁾	24/07/2019	10
2019/2021	Fiscal Único Suplente	João Manuel Rosa Lopes	1029	20160643	AG	24/07/2019	10

1) O estatuto remuneratório do Fiscal Único foi revisto em Assembleia Geral de 2019, passando ao limite máximo de 22,5% da quantia correspondente a 12 meses de remuneração global ilíquida atribuída nos termos legais ao Presidente do Conselho de Administração.

QUADRO 14 – REMUNERAÇÕES ANUAIS DO FISCAL ÚNICO

Nome	Remuneração Anual 2019 (€)
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	10 726,26

4.6 Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público

Na MM os gestores públicos não têm cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento atribuídos e não utilizam quaisquer meios eletrónicos nem outros instrumentos de pagamento da sociedade sobre os quais possam ter por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa. Igualmente, não existe o reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que recaiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

As despesas relacionadas com comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet foram as seguintes:

QUADRO 15 – GASTOS COM COMUNICAÇÕES NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato	Conselho de Administração	Gastos com Comunicações (€)		
		Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
até 24/7/2019	João José Nogueira Gomes Rebelo		165	-
até 24/7/2019	Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira	0	0	-
até 24/7/2019	Leonel Serra Nunes Pedro	0	0	-
desde 24/07/2019	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	80	130	-
desde 24/07/2019	Eduardo Jorge Gonçalves barata	80	0	-
desde 24/07/2019	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	0	0	-

Quanto aos gastos com combustível e portagens, registaram-se seguintes valores:

QUADRO 16 – GASTOS COM COMBUSTÍVEL E PORTAGENS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato	Conselho de Administração	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			
			Combustível	Portagens	Total	Observações
até 24/7/2019	João José Nogueira Gomes Rebelo	-	268	197	465	-
até 24/7/2019	Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira	-	0	0	0	-
até 24/7/2019	Leonel Serra Nunes Pedro	-	0	0	0	-
desde 24/07/2019	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	458	1 069	803	1 872	-
desde 24/07/2019	Eduardo Jorge Gonçalves barata	366	636	106	741	-
desde 24/07/2019	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	-	0	0	0	-
					3 078	

4.7 Despesas não documentadas

Não existem e nunca existiram despesas não documentadas (nº2 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 133/2013).

4.8 Relatório sobre remunerações

A MM é uma entidade de reduzida dimensão não se afigurando pertinente a elaboração de um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens. É, no entanto, oportuno sublinhar que não houve nem há diferenças remuneratórias injustificadas. A liquidação de remunerações tem por base a categoria e experiência laboral, nos termos do regulamento de carreiras em processo de apreciação superior, e independente do sexo. Atualmente o Quadro de Pessoal é composto por 7 homens e 1 mulher. Do histórico de processamento de remunerações para categorias iguais as remunerações processadas são iguais, seja homem ou mulher.

4.9 Contratação Pública

Em matéria de contratação pública a MM aplica as seguintes medidas:

- A despesa, independentemente do valor, é sustentada por informação fundamentada do Departamento que a propõe superiormente, com sujeição à apreciação e aprovação do Conselho de Administração. A necessidade de contratar é, nesse contexto, cuidadosamente analisada, quer do ponto de vista económico, quer na análise efetuada sobre a ausência de soluções internas, bem como ainda da explicitação dos objetivos a alcançar;
- Estão implementados critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Direto, com consultas muito frequentes ao mercado, de forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;
- As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas por técnicos da MM e as decisões finais são determinadas pelo Conselho de Administração;
- Internamente, opera-se a segregação de funções, por ser um fator chave de controlo de todos os procedimentos implementados e para garantir que mais do que uma pessoa esteja envolvida nos processos de aquisição;
- É efetuado o acompanhamento e monitorização contínua da execução das tarefas, atividades e custos de custo (projetos);
- Em virtude da implementação do novo regime contabilístico SNC-AP, em funcionamento desde 2018, houve uma alteração de procedimentos, em particular com o reflexo da introdução do lançamento contabilístico do cabimento e compromisso;
- É efetuado o controlo da execução dos contratos celebrados com terceiras entidades, designadamente, quanto a eventuais atrasos na execução, adequação das prestações, etc.;
- É efetuado o controlo jurídico das cláusulas a inserir nas peças dos procedimentos concursais, de tal forma que as mesmas só são aprovadas após apreciação do Departamento Jurídico;
- Não houve atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M €.

4.10 Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Em 20.12.2019 o Conselho de Administração aprovou o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da MM relativo ao ano de 2019, após interação com os colaboradores, o qual se encontra descrito no Relatório do Governo Societário e publicado no site da empresa.

4.11 Sistema Nacional de Compras Públicas

A mudança de política interna relativamente ao aprovisionamento conduziu a uma redução muito expressiva dos *stocks* existentes. Esta medida levou a que a encomenda de material de aprovisionamento/funcionamento seja realizada à medida das necessidades em cada momento, pelo que as encomendas são realizadas com um prazo de entrega muito curto. Contudo, realiza-se, sempre que possível, uma consulta a três entidades diferentes e efetua-se a adjudicação à entidade que apresenta valor mais baixo.

4.12 Frota automóvel

A frota automóvel tem sido utilizada de forma eficiente. Fruto do seu envelhecimento é expectável um aumento com intervenções e reparações. Em 2019 os custos diretos da frota automóvel foram de 3.416 € (Seguros, manutenção e IUC) valor semelhante ao registado em 2018, ano em que este encargo se cifrou em 3.642 €. Deve notar-se que este valor não é suscetível de uma interpretação linear dependendo, entre outras, das manutenções que vão sendo requeridas.

A alteração na composição do Conselho de Administração, nomeadamente a passagem para 2 membros com funções executivos e a deliberação exarada pela Assembleia Geral no que concerne às regalias dos seus membros (cf. ponto 7 da ata da reunião da Assembleia Geral de 24 de Julho) obrigará a uma reformulação da frota automóvel, sendo que este processo já se encontra em análise pela Tutela. De notar que enquanto não ocorre a decisão final sobre a aquisição de veículos, o Presidente do Conselho de Administração utiliza uma viatura, propriedade do Metro do Porto (e, como tal, não pertencente à frota da MM), que teve um custo de utilização em 2019 de 2.373 €, valor relativo à disponibilização da viatura.

QUADRO 17 – GASTOS COM A FROTA AUTOMÓVEL

Gastos com frota automóvel ¹	2019	2018	Var 2019/2018	
			Valor	%
Seguro	1 380	1 366	14	1,0%
Revisões	1 710	1 955	-246	-12,6%
IUC	324	321	4	1,2%
Portagens	1 735	952	783	82,3%
Combustíveis	3 814	2 426	1 388	57,2%
Estacionamento	166	324	-158	-48,8%
Nº Veículos	3	3	0	0

¹ Inclui os custos referidos no Quadro 15

4.13 Medidas de redução de gastos operacionais

QUADRO 18 – PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

PRC	2019	2019	2018	2017	2019/2018	
	exec.	orçam.	exec.	exec.	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	4 651	1 901	5 677	-13 226	-1 026	-18,1%
(1) CMVMC	0	0	0	0	-	-
(2) FSE	149 100	204 401	131 140	112 111	17 960	13,7%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos I), II), III)	433 723	510 768	413 725	445 370	19 998	4,8%
(3.I) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	0	-	-
(3.II) Valorizações remuneratórias no termos da LOE 2018	0	0	0	0	-	-
(3.III) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	0	0	0	0	-	-
(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)	582 823	715 169	544 865	557 481	37 958	7,0%
(5) Volume de negócios ^{b)}	0	0	0	0	-	-
(6) Peso dos gastos / Volume Negócios = (4)/(5)	-	-	-	-	-	-
(I) Gastos com Deslocações (FSE)	1 194	6 695	505	359	689	136,4%
(II) Gastos com Ajudas de Custo e Alojamento (G c/ pessoal)	0	0	0	0	-	-
(III) Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	11 337	28 209	7 790	5 347	3 548	45,5%
Total = (I) + (II) + (III)	12 531	34 904	8 295	5 707	4 236	51,1%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	-	-	-	-	-	-
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	10	13	11	12	-1	-9,1%
Nº Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	3	0	0,0%
Nº Cargos Direção (CD)	2	2	2	1	0	0,0%
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD) ^{d)}	5	8	6	8	-1	-16,7%
Nº Trabalhadores /Nº CD	2,5	4,0	3,0	8,0	-1	-16,7%
Nº de viaturas	3	3	3	3	0	0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC+FSE+Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias no termos do disposto na LOE 2018

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos. Contempla o custo de utilização da viatura do Metro do Porto. (não inclui estacionamento)

d) um colaborador encontra-se em licença sem vencimento durante 2019, não tendo gerado qualquer custo pelo que não foi contemplado como recurso

7) Os estudos, pareceres, projetos e consultoria, sendo a Metro Mondego uma empresa de projeto são considerados investimento.

A MM é uma empresa de projeto, registando atualmente uma estrutura muito reduzida, constituída por 8 colaboradores¹ e 3 membros do conselho de administração².

O ano de 2019 caracteriza-se como ano de viragem no que concerne à atividade da empresa invertendo o processo de envolvimento tímido que existia no projeto, tendo sido atribuída neste ano a responsabilidade da MM implementar e explorar o SMM.

Neste âmbito a atividade minimalista e de contenção de custos que era registado nos últimos anos não é compatível com o crescimento de atividade existente nem com o que é exigido para tornar possível a construção e exploração do SMM. O incremento da estrutura de pessoal é necessária e impõe uma evolução positiva nos FSE. Estas componentes ainda registaram gastos com crescimentos tímidos,

¹ Relembre-se que um destes 8 colaboradores não representou custo para a empresa durante o exercício de 2019 por se encontrar em licença sem retribuição.

² A nomeação dos novos Órgãos Sociais em AG de 24.07.2019 compõe o Conselho de Administração de um para dois membros executivos, sendo um deles o Presidente.

comparativamente a 2018, resultante do facto de se encontrar em apreciação superior as autorizações de aumento do quadro de pessoal e da frota automóvel. Pelas razões antes expostas, não há condições para efetuar a sempre desejável redução de custos.

Em 16 de outubro de 2019, no âmbito da terceira e última revisão PAO 2019, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, emitiu o Despacho nº 1250/19 – SET em que autoriza expressamente a alteração do indicador (alternativo) de eficiência operacional em vigor na MM³, bem como exceciona a Sociedade, nos termos aí propostos, do cumprimento das obrigações inerentes às medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 145º do Decreto Lei de Execução Orçamental [DLEO] de 2018⁴ para gastos com o pessoal e com deslocações, estadas e ajudas de custo, bem como custos associados à frota automóvel, disso tendo dado conhecimento à DGTF.

No que se refere ao Indicador alternativo de eficiência operacional, este é medido através do rácio dos gastos operacionais sobre os investimentos realizados no ano (classe económica 07).

QUADRO 19 – INVESTIMENTO REALIZADO

<i>rúbrica</i>	2019	2018
Equipamento fixo e de funcionamento	10 568	4 845
Implementação da 1ª fase ⁽¹⁾	660 376	577 140
Implementação da 2ª fase	9 172	9 605
Promoção do projeto	0	0
Integração Ord. Território	0	0
Estudos e Planeamento Metrobus	0	5 819
Assessorias e estudos para Metrobus	220 850	
Total	900 965	597 409

1) Deduzida a receita PART em 2019

A evolução do Indicador de Otimização de Estrutura de Gastos Operacionais [IOEGG], em vigor na MM, é a seguinte:

QUADRO 20 – INDICADOR DE OTIMIZAÇÃO DE ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS

Evolução do Indicador Alternativo	2019	2018
FSE's	149 100	131 140
Pessoal	433 723	413 725
Total	582 823	544 865
Investimento	900 965	597 409
IOEGG	64,7%	91,2%

³ Cf. alínea i) do Despacho 1250/19 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

⁴ Regra transposta para o artigo 158.º da Lei do Orçamento de Estado [LEO] de 2019

Conforme esperado, apesar do incremento nos custos com fornecimentos e serviços externos e com pessoal, o indicador de desempenho demonstra uma melhoria da eficiência, reduzindo-se o valor do rácio entre os gastos operacionais e o investimento realizado.

4.14 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Desde 2018 que a MM concentra a totalidade da tesouraria no IGCP não detendo qualquer outra conta na Banca Comercial. Deste modo, também não existem aplicações financeiras na Banca Comercial.

4.15 Tribunal de Contas

Não existem recomendações por cumprir.

4.16 Informação divulgada no site do Setor Empresarial do Estado (SEE) a 31 de dezembro de 2019

A informação constante no site do Setor Empresarial do Estado (SEE) ainda não se encontra atualizada na sequência da aprovação dos Relatórios e Contas de 2016, 2017 e 2018 apenas ter ocorrido na Assembleia Geral de 24 de julho de 2019. Oportunamente, no decurso de 2020 será produzida a informação necessária atualizada.

QUADRO 21 – INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE

<i>rúbrica</i>	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	s	2016	
Caracterização da Empresa	s	2016	
Função de tutela e acionista	s	2016	
Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos Órgãos Sociais	s	2016	
- Estatuto Remuneratório Fixado	s	2016	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	s	2016	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	s	2016	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	s	2016	
Esforço Financeiro Público	s	2016	
Ficha Sintee	s	2016	
Informação Financeiras histórica e atual	s	2016	
Princípios de Bom governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	s	2016	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	s	2016	
- Outras transações	s	2016	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	s	2016	
Social	s	2016	
Ambiental	s	2016	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	s	2016	
- Código de Ética	s	2016	

4.17 Quadro Resumo

QUADRO 22 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2019

Cumprimento das Orientações legais - 2019	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
Objectivos de Gestão:			
Objetivo 1	N.A.		Não existem objetivos de gestão contratados
Objetivo 2	N.A.		
Metas a atingir no PAO 2019	S		O PAO 2019 contempla o incremento de investimento e de despesa. Registou-se o incremento de investimento assim como a melhoria do indicador alternativo que mede a eficiência operacional (IOEGG).
Princípios Financeiros de Referência			
Investimento	S	1 483 846	Execução face ao PAO 2019 de 71,4 %
Gastos Com Pessoal	S	433 723	Execução de 84,9 % do PAO 2019
Gastos de Funcionamento	S	149 100	Execução de 72,9 % do PAO 2019
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	1 641 667	Execução de 67,7%
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		Sem financiamento bancário
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.		Sem financiamento bancário
Evolução do PMP a fornecedores	S	37 dias	Em 2018 foi de 36 dias
Divulgação do Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N.A.		
Recomendações do acionista na última aprovação de contas: sem recomendações	S		Não existem recomendações do acionista
Remunerações:			
Não atribuição de prémios de gestão.	S	0 €	Não existem prémios de gestão
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2019	S	5 945 €	Artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho
Fiscalização (Fiscal Único) - reduções remuneratórias vigentes em 2019	N.A.	0 €	Não aplicável
EGP - Artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utiliza cartões de crédito	S	0 €	Os gestores públicos não tem cartão de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	0 €	Não existem despesas desta natureza
Valor máximo de despesas associadas a comunicações	S	80 €	Valor mensal por gestor público
Valor máximo de combustíveis e portagens afecto mensalmente às viaturas de serviço	S	824 €	Relativo aos gestores públicos
Despesas não documentadas ou confidenciais - nº2 do artigo 16º do RJSP e artigo 11.º do EGP	S	0 €	Não existem despesas desta natureza
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	0 €	Não existem despesas desta natureza
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº 18/2014	S		Não existe desigualdade.
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N.A.		A dimensão reduzida da empresa não justifica a elaboração de um relatório.
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	S		Encontra-se disponibilizado no site institucional
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		Em total conformidade com a legislação aplicável
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		Não existem participadas
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		Não houve contratos submetidos ao TC
Auditoria do Tribunal de Contas	N.A.		Sem recomendações por cumprir
Parque Automóvel			
Nº de viaturas			0 A empresa é proprietária de 3 viaturas
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	64,7%	Melhoria de 29,1% face a 2018 (IOEGG) que resulta do aumento do investimento do projeto
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	S		Cumprido
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP		100%	Cumprido
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	0	Não existem contas na Banca Comercial
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0	Não existem contas na Banca Comercial

5. GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 Análise Económica Global

O envolvimento direto da MM no projeto *Metrobus*, através da atribuição da responsabilidade na implementação e exploração do SMM gerou alterações em 2019. Assim, para além das atividades já anteriormente executadas, como é o caso dos Serviços Alternativos Rodoviários, iniciaram-se novas atividades, nas quais se destacam, pela sua dimensão económica, as assessorias e os estudos. Sublinha-se que nos próximos anos estes trabalhos irão assumir uma dimensão superior, associando-se então também os investimentos em construções, de que é exemplo a empreitada de desconstrução e construção dos edifícios na Baixa de Coimbra, a iniciar em 2020.

Neste sentido assiste-se ao incremento do imobilizado, como resultado dos investimentos concretizados.

A evolução do ativo não corrente líquido apresenta-se no quadro seguinte:

QUADRO 23 – ATIVO NÃO CORRENTE

	2019	2018
Ativos Fixos tangíveis	43 613 717	42 164 047
Propriedade de Investimento	192 516	192 516
Ativos Intangíveis	52 841	69 546
Total	43 859 074	42 426 109

O ativo tangível é o seguinte:

QUADRO 24 – ATIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO

	2019	2018
Equipamento básico	9 616	9 616
Equipamento de transporte	56 873	56 874
Equipamento administrativo	323 664	315 921
Outro ativo tangível	17 555	17 555
Ativos Fixos Tangíveis em curso	43 602 115	42 152 479
	44 009 823	42 552 445

O imobilizado em curso assume um peso superior a 99% do ativo tangível e é composto pelos investimentos descritos no quadro seguinte:

QUADRO 25 – ATIVO FIXO EM CURSO

	2019	2018
Capitalizações	13 563 768	13 004 529
Marketing	121 873	121 873
Planeamento	975 718	975 718
Implementação 1ª Fase	11 688 767	11 019 219
Operacionalização do Sistema	7 400	7 400
Implementação 2ª Fase	14 252 911	14 252 911
Imobilizações anteriores a 2004	2 765 010	2 765 010
Assessoria e Estudos Metrobus	226 669	5 819
Total	43 602 115	42 152 479

No que concerne ao capital próprio a MM cumpre o art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, evidenciando um total de 36,9 milhões de euros.

QUADRO 26 – CAPITAL PRÓPRIO

	2019	2018
Resultados Líquidos	-25 753	-22 256
Resultados Transitados	-866 013	-842 912
Capital Social	1 075 000	1 075 000
Reservas	36 715 191	35 743 957
Total	36 898 425	35 953 789

Conforme anteriormente referido, não existe qualquer financiamento bancário.

A composição do passivo corrente era a seguinte:

QUADRO 27 – PASSIVO CORRENTE

	2019	2018
Fornecedores	2 248	0
Estado e O E publicos	20 814	16 024
Outras Contas a Pagar	173 076	49 313
Diferimentos	425	0
Total	196 563	65 337

5.2 Análise dos custos de estrutura

Tendo presente a alteração estrutural da atividade da MM, não seria de todo possível ocorrer em 2019 uma redução dos custos de estrutura. A evolução dos gastos operacionais foi a seguinte:

QUADRO 28 – CUSTOS DE ESTRUTURA

	2019	2018
Pessoal	433 724	413 725
FSE's	149 100	131 140
Total	582 824	544 865

Em 2019, assinala-se um aumento de 6,97% comparativamente a 2018 nos custos de estrutura. Esta variação resulta do aumento verificado na rubrica de pessoal (+ 4,83 %) e em Fornecimentos e Serviços Externos (+13,69%). Contudo, o montante referido é inferior ao esperado (734.677 € no PAO 2019) porque não se executaram diversas alterações ali previstas:

- Verifica-se um incremento nos custos com pessoal devido à atual composição do Conselho de Administração, mas com uma dimensão inferior ao esperado dado que não foi possível efetuar o alargamento previsto do quadro de pessoal;
- Não tendo ocorrido o incremento no quadro de pessoal, há custos que estavam associados que não se registaram (e. g. deslocações e estadas e comunicações);
- Encontra-se em apreciação superior o processo de substituição da frota automóvel, pelo que em 2019 não ocorreram as despesas previstas com Aluguer Operacional de Viaturas.

Quanto aos Fornecimentos e Serviços Externos registou-se a seguinte evolução:

QUADRO 29 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2019	2018
Electricidade	5 740	5 607
Combustíveis	3 837	2 426
Material de Escritório	1 997	1 291
Rendas e Alugueres	39 577	36 926
Despesas Representação	315	0
Comunicação	3 190	3 298
Seguros	2 849	3 384
Deslocações e Estadas	2 708	1 577
Conservação e Reparação	2 613	2 747
Publicidade e Propaganda	19	0
Outros	86 254	73 884
Total	149 100	131 140

Os gastos apresentam, para a generalidade das rubricas consideradas, um ligeiro incremento, o qual deve ser interpretado tendo em conta o significativo incremento da atividade da empresa no exercício. Importa ainda destacar que 92% da rubrica “outros” se refere a prestação de serviços de contabilidade

e assessoria fiscal, assessoria jurídica, prestação de serviços de informática, prestação de serviços do fiscal único e custos de manutenção de software.

No que respeita às amortizações anuais reportam-se os seguintes valores:

QUADRO 30 – AMORTIZAÇÕES

	2019	2018
Amortizações do exercício	27 239	27 306

As amortizações apuradas para o ano de 2019 estão em linha com o ano anterior.

Não há aplicações a prazo e não há juros resultantes de excedentes de tesouraria a reportar.

A MM fechou o exercício de 2019 com 100% das disponibilidades na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E. [IGCP], cumprindo escrupulosamente o Princípio da Unidade da Tesouraria.

O resultado líquido de 2019 cifrou-se no montante negativo de 25.752,64 €.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A exploração do exercício de 2019 saldou-se por um resultado líquido negativo de 25.752,64 € (vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos), o qual se propõe que seja levado à conta de Resultados Transitados para compensação em futuros exercícios.

RELATÓRIO APROVADO EM COIMBRA A 2 DE MARÇO DE 2020

Pelo Conselho de Administração:

Eng.º João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana

(Presidente)

Professor Doutor Eduardo Jorge Gonçalves Barata

(Vogal executivo)

Dr.ª Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo

(Vogal não executiva)

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

1. SUBSISTEMA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

1.1 Demonstrações Financeiras

1.1.1 Balanço

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2019 (2)	31/12/2018 (1)	Variação % (1)-(2)
ATIVO:				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis	4	43.613.716,74	42.164.047,48	3,44%
Propriedades de investimento	5	192.516,29	192.516,29	-
Ativos intangíveis	3	52.841,06	69.545,71	-24,02%
		43.859.074,09	42.426.109,48	3,38%
Ativo corrente:				
Clientes, contribuintes e utentes	9.1	22.875,50	-	-
Estado e outros entes públicos	9.5	82.403,81	49.955,79	64,95%
Outras contas a receber	9.2	3.531,56	242,00	1359,32%
Diferimentos	9.3	12.496,65	6.882,10	81,58%
Caixa e depósitos bancários	1	3.771.019,82	3.399.300,54	10,94%
		3.892.327,34	3.456.380,43	12,61%
	Total do Ativo	47.751.401,43	45.882.489,91	4,07%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO:				
Património / Capital	1	1.075.000,00	1.075.000,00	-
Reservas		9.654,04	9.654,04	-
Resultados transitados		(866.013,27)	(842.911,97)	2,74%
Outras variações no Património Líquido	7	36.705.536,62	35.339.500,97	3,87%
Resultado líquido do período		(25.752,64)	(23.101,30)	11,48%
	Total do Património Líquido	36.898.424,75	35.558.141,74	3,77%
PASSIVO:				
Passivo não corrente:				
Outras contas a pagar	9.6	10.656.413,39	10.259.822,25	3,87%
		10.656.413,39	10.259.822,25	3,87%
Passivo corrente:				
Fornecedores	9.4	2.248,31	-	-
Estado e outros entes públicos	9.5	20.813,98	14.789,80	40,73%
Fornecedores de investimentos	9.4	134.008,72	10.367,72	1192,56%
Outras contas a pagar	9.6	39.067,41	38.945,69	0,31%
Diferimentos	9.7	424,87	422,71	0,51%
		196.563,29	64.525,92	204,63%
	Total do Passivo	10.852.976,68	10.324.348,17	5,12%
	Total do Património Líquido e do Passivo	47.751.401,43	45.882.489,91	4,07%

1.1.2 Demonstração de resultados por naturezas

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2019 (1)	31/12/2018 (1)	Variação % (1)-(2)
Trabalhos para a própria entidade	2.2.8	559.239,10	523.476,86	6,83%
Fornecimentos e serviços externos	11.1	(149.099,75)	(131.140,14)	13,69%
Gastos com o pessoal	10	(433.723,80)	(413.725,23)	4,83%
Outros rendimentos e ganhos	11.3	33.939,91	32.231,29	5,30%
Outros gastos e perdas	11.2	(5.704,44)	(5.166,07)	10,42%
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		4.651,02	5.676,71	-18,07%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3/4	(27.239,21)	(27.306,01)	-0,24%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(22.588,19)	(21.629,30)	4,43%
Resultado antes de impostos		(22.588,19)	(21.629,30)	4,43%
Imposto sobre o rendimento do período	2.2.1/11.4	(3.164,45)	(1.472,00)	114,98%
Resultado líquido do período		(25.752,64)	(23.101,30)	11,48%

1.1.3 Demonstração de fluxos de caixa

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2019 (1)	31/12/2018 (2)
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Pagamentos a fornecedores		(127.972,05)	(98.551,82)
Pagamentos ao pessoal		(479.734,32)	(475.336,94)
	Caixa gerada pelas operações	(607.706,37)	(573.888,76)
Outros recebimentos/pagamentos		171.075,20	175.074,01
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(436.631,17)	(398.814,75)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.028.243,17)	(725.332,21)
Ativos intangíveis		(3.474,63)	(7.272,92)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		45.161,99	1.023,82
Outros activos		5.040,26	3.702,83
Subsídios ao investimento		1.789.866,00	1.950.000,00
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	808.350,45	1.222.121,52
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-	-
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.399.300,54	2.575.993,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.771.019,82	3.399.300,54
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.399.300,54	2.575.993,77
- Equivalentes de caixa no início do período		-	-
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
= Saldo da Gerência Anterior		3.399.300,54	2.575.993,77
De execução orçamental			2.556.542,43
De operações de tesouraria			20.712,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.771.019,82	3.399.300,54
- Equivalentes de caixa no fim do período		-	-
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
= Saldo para a gerência seguinte		3.771.019,82	3.399.300,54
De execução orçamental		3.763.971,66	3.388.962,82
De operações de tesouraria		7.048,16	10.337,72

1.1.4 Demonstração das alterações no património líquido de 2019

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Capital/ Património Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	1.075.000,00	9.654,04	(842.911,97)	35.339.500,97	(23.101,30)	35.558.141,74	35.558.141,74
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas no património líquido				(23.101,30)	1.366.035,65	23.101,30	1.366.035,65	1.366.035,65
	2	-	-	(23.101,30)	1.366.035,65	23.101,30	1.366.035,65	1.366.035,65
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(25.752,64)	(25.752,64)	(25.752,64)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-	1.340.283,01	1.340.283,01
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
	5	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6=1+2 +3+5	1.075.000,00	9.654,04	(866.013,27)	36.705.536,62	(25.752,64)	36.898.424,75	36.898.424,75

1.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras

1.1. Designação da entidade, período de relato:

A MM é uma sociedade anónima, constituída a 20 de maio de 1996. O capital social é representado por 1.075.000 ações, com valor nominal de 1,00€, encontrando-se realizado na totalidade. A Metro Mondego é, assim, uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando o sector empresarial do estado (cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto).

1.2. Endereço:

Rua Rodrigues Gusmão, nº 21, 3000-345 Coimbra

1.3. Código da classificação orgânica:

❖ 5904

1.4. Tutela:

❖ Ministério das Infraestruturas e Habitação

1.5. Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:

O Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de janeiro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 226/2004, de 6 de dezembro) aprovou os Estatutos da Metro-Mondego, S.A., e aprovou as respetivas Bases da Concessão.

1.6. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos, mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e juízos de valor no processo de determinação das políticas contabilísticas a apresentar pela entidade com impacto significativo no valor contabilísticos dos seus ativos, assim como nos rendimentos e gastos no período de reporte.

As áreas que envolvem a utilização de estimativas com maior efeito nas demonstrações financeiras, estão explicitadas no ponto 2.9.

1.7. Derrogação das disposições do SNC-AP

Foram aplicados os requisitos das NCP relevantes para a entidade, exceto quanto ao requisito do § 34 da NCP 8 – Propriedades de Investimento.

O SNC-AP estabelece tratamentos contabilísticos para as entidades públicas, que normalmente são considerados como sujeitos ativos dos impostos estatais e/ou municipais, e não como sujeitos passivos, pelo que não está previsto um tratamento específico para o reconhecimento de impostos correntes e diferidos.

A MM é sujeito passivo de IRC, atendendo a que se trata duma sociedade anónima, classificada como entidade pública reclassificada.

Assim, tratando-se do reconhecimento de impostos correntes e diferidos, não existindo qualquer tratamento contabilístico em qualquer das NCP do regime geral do SNC-AP, a entidade optou por aplicar supletivamente a seguinte NCRF do SNC do setor empresarial: NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento.

1.8. Comparabilidade das demonstrações financeiras:

Os elementos presentes nas demonstrações financeiras são, na sua totalidade comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício anterior. As alterações introduzidas ao SNC-AP em 2018 não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da entidade.

1.9. Caixa e Depósitos Bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários em 31 de dezembro de 2019 apresenta o seguinte detalhe de valores de caixa e seus equivalentes, sendo que, não existem saldos de caixa ou seus equivalentes indisponíveis para uso:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	1 000,00	1 000,00
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	<u>3 770 019,82</u>	<u>3 398 300,54</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>3 771 019,82</u>	<u>3 399 300,54</u>

Nota 2 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos de relato apresentados.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

2.1.1 Ativos Intangíveis

A entidade reconhece um item como ativo intangível quando o item satisfaz a definição de ativo intangível e os critérios para o seu reconhecimento. Este requisito aplica-se ao custo mensurado no reconhecimento e aos custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou dar assistência ao mesmo.

Após o reconhecimento como ativo, o ativo intangível é registado pelo seu custo, menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A quantia amortizável dos ativos intangíveis é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil.

O método utilizado é o método das quotas constantes do qual resulta um gasto linear durante a vida do ativo.

Relativamente aos ativos intangíveis da entidade, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

- ❖ Programas de computador: 3 anos.

2.1.2 Ativos Fixos Tangíveis

A entidade avalia todos os custos do ativo fixo tangível no momento em que são suportados. Estes custos incluem custos suportados inicialmente para construir ou adquirir um bem do ativo fixo tangível e custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou dar assistência a esse ativo.

Um bem do ativo fixo tangível que satisfaça as condições de reconhecimento como ativo é inicialmente mensurado pelo seu custo.

Após o reconhecimento como ativo, um bem do ativo fixo tangível é registado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A quantia depreciável de um ativo é imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil.

A depreciação de um ativo começa quando fica disponível para uso, isto é, quando estiver no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar pela forma pretendida pelo órgão de gestão. A depreciação de um ativo cessa quando é desreconhecido. Assim, a depreciação não cessa quando o ativo se tornar ocioso ou for retirado de uso e ficar detido para alienação, a menos que esteja completamente depreciado.

Assim, é aplicado de forma consistente o método das quotas constantes refletindo um gasto linear ao longo da vida útil do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as seguintes vidas úteis esperadas:

- ❖ Equipamento básico: 3 a 8 anos;
- ❖ Equipamento de transporte: 4 anos;
- ❖ Equipamento administrativo: 8 a 20 anos;
- ❖ Outros ativos fixos tangíveis: 3 a 16 anos.

2.1.3 Propriedades de Investimento

A Entidade reconhece inicialmente as propriedades de investimento pelo seu custo, incluindo os custos de transação.

A propriedade de investimento em causa é um terreno detido para valorização de capital, ao qual ainda não foi atribuído uso futuro pelo que, não foi ainda determinado o seu justo valor para efeitos de divulgação.

2.1.4 Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização, ou seja, quando incorre em gastos necessários para a obtenção do mesmo.

2.1.5 Rendimentos de transação sem contraprestação

As transferências relacionadas com a aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidas no capital próprio sendo, subsequentemente, imputadas numa base sistemática (proporcional às amortizações e depreciações dos ativos subjacentes) como rendimento durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

2.1.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro são incluídos no custo de aquisição. Os ativos e passivos financeiros da entidade estão mensurados ao custo.

A entidade avalia em cada data de relato a imparidade dos seus ativos financeiros e se existir evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece a perda por imparidade na demonstração dos resultados. Até 31 de dezembro de 2019 não foram reconhecidas perdas por imparidade.

A entidade desreconhece um ativo financeiro apenas quando: os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

A entidade desreconhece um passivo financeiro, ou parte deste, apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

2.1.7 Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem benefícios de curto prazo tais como: salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, férias anuais pagas e ausências por doença pagas, (se pagáveis até 12 meses após a data de relato). Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado de acordo com a legislação aplicável.

Neste exercício, não existe matéria coletável para efeitos de liquidação de imposto sobre o rendimento pelo que, este compreende unicamente as tributações autónomas tal como definidas pela legislação legal em vigor.

2.2.2. Apresentação apropriada e em conformidade com as NCP

As demonstrações financeiras apresentam apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Metro Mondego, S.A..

2.2.3. Informação comparativa

Os elementos presentes nas demonstrações financeiras são, na sua totalidade comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício anterior.

2.2.4. Consistência na apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras é mantida de um período para o outro.

2.2.5. Materialidade e agregação

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes quantidades de transações ou de outros acontecimentos que são agregados em classes e contas principais de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que constituem as linhas de itens das diferentes demonstrações financeiras. Se uma linha de determinado item não for material, individualmente é agregada com outros itens quer naquelas demonstrações quer nas notas às demonstrações financeiras. Um item que não seja suficientemente material para ter uma apresentação separada naquelas demonstrações pode, apesar de tudo, ser suficientemente material para ser apresentado separadamente nas notas às demonstrações financeiras.

2.2.6. Compensação

Os ativos e os passivos e os rendimentos e gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido numa NCP.

2.2.7. Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

2.2.8. Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de gastos e rendimentos do período. É o caso da determinação dos trabalhos efetuados para a própria entidade, tendo sido adotada a seguinte fórmula:

Fornecimentos e Serviços Externos	149 099,75	90%	134 189,78
Gastos com o Pessoal	433 723,80	98%	<u>425 049,32</u>
Total rúbrica trabalhos para a própria entidade			559 239,10

2.2.9. Principais pressupostos relativos ao futuro

Os principais pressupostos relativos ao futuro envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

O Estado atribui à MM, em exclusivo, a concessão em regime de serviço público, da exploração de um sistema de metro ligeiro de superfície nos Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.

A implementação do Projeto previa a execução em 2 fases distintas, sob a coordenação geral da MM, sendo a 1ª fase implementada pela CP e REFER (agora IP) e a 2ª Fase no quadro do concurso de sub-conceção e/ou diretamente pela MM. Depois da paragem na realização das ILD a partir de meados de 2012 e reanálise do projeto, em junho de 2017 foi apresentada pela Tutela a nova solução em *Metrobus* e calendário de execução em que incumbiu a IP da realização dos projetos e obras necessárias à implementação do SMM. A partir de 2019, na sequência das orientações recebidas do Governo e no quadro da implementação deste Sistema, na solução *Metrobus*, foi atribuída à MM a responsabilidade direta da operação do sistema. Adicionalmente, e não menos importante, torna-se também premente dar os passos necessários para reconverter a MM numa empresa operadora de transporte, garantindo assim que, num prazo relativamente curto, estará apta a desempenhar as atividades associadas a essa função (condução de veículos, controlo e gestão de operações, manutenção de infraestruturas, equipamentos e veículos, informação, fiscalização, segurança, entre outras).

Rubricas	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Outros ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	9.616,02	9.616,02		-
Equipamento de transporte	56.873,35	56.873,35		-
Equipamento administrativo	323.663,83	312.845,61		10.818,22
Outros	17.554,84	16.771,55		783,29
Ativos fixos tangíveis em curso	43.602.115,23			43.602.115,23
	44.009.823,27	396.106,53	-	43.613.716,74
Total	44.009.823,27	396.106,53	-	43.613.716,74

4.2. Ativos fixos tangíveis – adições

Rubricas	Internas	Compra	Total
Outros ativos fixos tangíveis			
Equipamento administrativo	-	7 742,69	7 742,69
Ativos fixos tangíveis em curso	559 239,10	954 641,86	1 513 880,96
	559 239,10	962 384,55	1 521 623,65
Total	559 239,10	962 384,55	1 521 623,65

Em 2019 foi necessário adquirir equipamento administrativo: computadores portáteis adequados às exigências do ERP e Gestão Documental para renovação dos existentes e, no seguimento do aumento do número de elementos da administração. Face ao aumento do número de reuniões em virtude do avanço do projeto, houve necessidade de modernizar os equipamentos de projeção de imagem e vídeo conferencia.

Relativamente à rubrica de ativos fixos tangíveis em curso, foram capitalizados durante o exercício de 2019 1.521.623,65 € de gastos com o desenvolvimento das diversas infraestruturas do projeto. Este valor inclui 559.239,10 € em trabalhos para a própria entidade.

4.3. Ativos fixos tangíveis - diminuições

Rubricas	Outras	Total
Outros ativos fixos tangíveis		
Ativos fixos tangíveis em curso	64 244,73	64 244,73
	64 244,73	64 244,73
Total	64 244,73	64 244,73

A MM está a suportar o custo dos Serviços Alternativos mediante uma fatura que recebe da CP mensalmente pela gestão do serviço. Esta fatura inclui, entre outros, o custo do défice de exploração que foi agora agravado pelo PART (Plano de Redução Tarifário). Ao valor desta fatura acresce IVA à Taxa de 23%. Contabilisticamente, a MM capitaliza o valor deste serviço na conta 453 (ativos fixos tangíveis em curso). A CIM protocolou com a MM a compensação pelo aumento do défice de exploração e, cabe à MM a emissão de uma fatura no valor a receber pela CIM (acrescido de IVA a 6%). Este valor não é considerado como proveito do exercício uma vez que é um abatimento direto ao valor capitalizado na 453. Por outro lado, de acordo com a LEO, só é permitido tratar receita como abatimento à despesa em situações muito particulares. Assim, o PART foi refletido na contabilidade da seguinte forma: Orçamental: receita (segundo instruções recebidas da DGO: 02100501 – Transferências de Capital – Administração local – Continente); Financeira: crédito da 453 – Ativos fixos tangíveis em curso; Fluxos de caixa: recebimentos provenientes de AFT.

Paralelamente, a inscrição desta receita no orçamento foi feita mediante uma alteração vertical na fonte de financiamento 513 por diminuição das receitas de IVA (02080199 – outras receitas correntes).

Nota 5 - Propriedades de investimento

A Propriedade de investimento é constituída por uma parcela de terreno com área total de 2.250 m² na freguesia de Santa Cruz (atual união de Freguesias de Coimbra). Esta parcela confronta a norte com a Rua do Arnado, Nascente/Sul e Poente com a CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP.

Este terreno constitui a realização em espécie da participação da CP, EP no capital social da MM em 1996.

A parcela foi incluída nos estudos urbanísticos da CMC, nomeadamente a designada ARU Baixa-Rio e esteve inserida no programa estações com vida e num protocolo de parceria com a REFER (atual IP, SA) e CMC (20 de julho de 2001) onde se previa uma permuta do terreno com a construção da sede da MM na nova estação (Coimbra-B). Em 2007, no quadro da revisão da execução do projeto, a localização da sede em Coimbra-B foi reconsiderada e feita a opção pela possível localização em Sobral de Ceira, junto ao PMO previsto.

Entretanto, as alterações ao projeto levaram a uma reorientação dos investimentos que certamente envolverão também o destino desta parcela. Atualmente não existe definição concreta para o destino a dar a esta propriedade de investimento. Contudo, além de valorizar o capital, é convicção do órgão de gestão que esta reúne condições para continuar assim classificada pois, dela são esperados benefícios económicos futuros.

Tal facto leva a que não tenha sido ainda determinado o justo valor da propriedade de investimento, que neste momento se encontra mensurada ao custo pelo valor de 192.516,29 €. No entanto, é convicção do órgão de gestão que o justo valor do ativo é seguramente superior ao valor de mensuração, sendo próximo do seu valor patrimonial tributário, ou seja, cerca de 307.000,00 €.

Nota 6 - Rendimento de transações com contraprestação

Em 2019 foram reconhecidos 5.072,52 € relativos a rendimento obtido pelo arrendamento de parte de um imóvel que está afeto à rubrica de ativos fixos tangíveis em curso. O imóvel em causa está afeto a um conjunto de parcelas que integram os edifícios que serão alvo de desconstrução futura. Assim, face à reduzida dimensão da área arrendada e ao pouco significativo valor da renda cobrada, não faz qualquer sentido em termos contabilísticos a sua reclassificação e tratamento como propriedade de investimento.

Nota 7 - Rendimento de transações sem contraprestação

	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património Líquido
Transferência com condição	27 239,21	1 789 866,00
Total	27 239,21	1 789 866,00

A dotação da Administração Central para financiamento da atividade da MM, para 2019, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado foi de 1.789.866, 00 €. Depois de deduzido o valor correspondente de impostos diferidos, representa uma variação no Património Líquido de 1.387.146,15 €

O reconhecimento deste montante é efetuado como se se tratasse de um subsídio ao investimento. Assim, no momento do recebimento, o montante é reconhecido no Património Líquido sendo, subsequentemente, imputado numa base sistemática (igual às amortizações e depreciações dos ativos subjacentes) como rendimento durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Esta operação está sujeita ao reconhecimento de passivos por impostos diferidos à taxa de 22,5 % (21% IRC + 1,5 % Derrama). Em 2019, o montante de imposto diferido reconhecido como ajustamento ao capital próprio foi 402.719,85 €.

O resultado resulta do reconhecimento do proveito pela imputação de transferências e subsídios em montante igual ao reconhecido como gasto de depreciação e de amortização do período. Esta operação está igualmente sujeita a ajustamentos por impostos diferidos no montante de 6.128,71 €.

Nota 8 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão a 2 de março de 2020.

A decisão final de aprovação de contas é conferida em sede de Assembleia Geral.

Entre a data de relato e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas informações acerca de alterações que indiquem que pode estar em risco o pressuposto da continuidade.

Nota 9 – Instrumentos financeiros

A entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros de acordo com a sua política de gestão, nomeadamente:

9.1. Outras Contas a Receber

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Clientes, Conta Corrente	22.875,50	-
	<u>22.875,50</u>	<u>-</u>

9.2. Outras Contas a Pagar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores (saldos contrários)	242,00	242,00
Outros Devedores	3 289,56	-
	<u>3 531,56</u>	<u>242,00</u>

O saldo da conta outros devedores reflete o valor do depósito caução efetuado a favor do IGFEJ no âmbito de processo judicial em curso.

9.3. Diferimentos (Ativo)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	12 496,65	6 882,10
	<u>12 496,65</u>	<u>6 882,10</u>

9.4. Fornecedores

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores, Conta Corrente	2 248,31	-
Fornecedores de investimentos	134 008,72	10 367,72
	<u>136 257,03</u>	<u>10 368,00</u>

9.5. Estado e Outros Entes Públicos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldos Devedores		
IRC – Pagamento por Conta	3 312,50	4 312,50
IVA - A Recuperar	<u>79 091,31</u>	<u>45 643,29</u>
	<u>82 403,81</u>	<u>49 955,79</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	1 895,75	237,72
Retenção imposto s/ rend.	9 322,21	6 793,53
Contribuição p/ Seg. Social	<u>9 596,02</u>	<u>7 758,55</u>
	<u>20 813,98</u>	<u>14 789,80</u>
Não corrente	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>20 813,98</u>	<u>14 789,80</u>

9.6. Outras Contas a Pagar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Não Correntes		
Outros Credores	<u>10 656 413,39</u>	<u>10 259 822,25</u>
	<u>10 656 413,39</u>	<u>10 259 822,25</u>
Corrente		
Remunerações a pagar ao pessoal	<u>39 067,41</u>	<u>38 945,69</u>
	<u>39 067,41</u>	<u>38 945,69</u>
	<u>10 695 480,80</u>	<u>10 298 767,94</u>

O saldo corrente da conta outras contas a pagar – remunerações a pagar ao pessoal, reflete o valor ao qual corresponde, de acordo com a legislação laboral, o direito a férias e subsídio de férias a atribuir em 2020.

Assim, foi reconhecido no resultado do exercício um acréscimo de gastos neste montante por contrapartida desta rúbrica do balanço.

O saldo da conta outros credores não corrente diz respeito apenas à quantia de imposto associado ao subsídio ao investimento.

9.7. Diferimentos (Passivo)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Diferimento de Rendimentos		
A reconhecer até 12 meses	<u>424,87</u>	<u>422,71</u>
	<u>424,87</u>	<u>422,71</u>

Nota 10 - Benefícios dos empregados

Em 31/12/2019 a entidade tinha 11 pessoas ao serviço (10 pessoas em 2018). Há ainda a referir que no ano de 2019 um dos funcionários da entidade se encontra a gozar uma licença sem vencimento.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	116 615,83	90 139,82
Remunerações do pessoal	228 776,17	238 817,88
Encargos sobre Remunerações	79 476,66	75 654,43
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	3 493,25	2 447,25
Outros gastos com Pessoal	5 361,89	6 665,85
	<u>433 723,80</u>	<u>413 725,23</u>

Nota 11 – Outras informações relevantes

11.1. Fornecimentos e Serviços Externos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços especializados	<u>84 434,00</u>	<u>73 032,37</u>
Trabalhos especializados	36 591,17	25 124,01
Publicidade e propaganda	18,89	0,00
Vigilância e segurança	1 121,29	1 125,58
Honorários	43 940,04	43 940,04
Conservação e reparação	2 613,15	2 747,29
Outros	149,46	95,45
Materiais	<u>2 664,53</u>	<u>1 607,37</u>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	257,88	5,68
Livros e documentação técnica	243,02	30,08
Material de escritório	1 997,02	1 290,73
Outros	166,61	280,88
Energia e fluidos	<u>10 126,92</u>	<u>8 565,75</u>
Electricidade	5 739,71	5 606,57
Combustíveis	3 837,28	2 426,26
Água	549,93	532,92
Deslocações, estadas e transportes	<u>2 929,00</u>	<u>1 576,78</u>
Deslocações e estadas	2 708,18	1 576,78
Transportes de pessoal	220,82	0,00
Serviços diversos	<u>48 945,30</u>	<u>46 357,87</u>
Rendas e alugueres	39 577,45	36 925,88
Comunicação	3 190,36	3 298,38
Seguros	2 848,93	3 384,36
Contencioso e notariado	629,88	522,00
Despesas de representação	314,60	0,00
Limpeza, higiene e conforto	2 121,40	2 097,83
Outros serviços	262,68	129,42
	<u>149 099,75</u>	<u>131 140,14</u>

11.2. Outros Gastos e Perdas

	2019	2018
Impostos	2.091,89	320,61
Impostos indirectos:	324,49	320,61
Taxas	1.767,40	0,00
Outros *	3.612,55	4.845,46
Correcções relativas a períodos anteriores	1.215,20	2.498,63
Quotizações	2.397,35	2.346,83
	5.704,44	5.166,07

11.3. Outros Rendimentos e Ganhos

	2019	2018
Rendimentos suplementares	5.072,52	4.924,80
Outros rendimentos suplementares	5.072,52	4.924,80
Outros	28.867,39	27.306,01
Imputação de subsídios para investimentos	27.239,21	27.306,01
Outros não especificados	1.628,18	0,00
	33.939,91	32.231,29

11.4. Imposto Sobre o Rendimento**Imposto sobre o Rendimento**

	2019	2018
Imposto corrente	(3 164,45)	(1 472,00)
Imposto diferido	-	-
	(3 164,45)	(1 472,00)

Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos

	2019	2018
Resultados Antes de Impostos	(22 588,19)	(21 629,30)
Tributação Autónoma	3 164,45	1 472,00
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	(3 164,45)	(1 472,00)
Taxa média efectiva de imposto	14,01%	6,81%

1.3 Proposta de Aplicação de Resultados

A exploração do exercício de 2019 saldou-se por um resultado líquido negativo de € 25.752,64 (vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos), propondo-se que sejam levados à conta de resultados transitados.

2 SUBSISTEMA DE CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

As demonstrações orçamentais da MM foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Foram aplicados os requisitos nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2019.

De acordo com a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP, o objetivo das demonstrações orçamentais é proporcionar informação que indique se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e com os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

Desta forma, as demonstrações orçamentais traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da Metro Mondego, S.A., proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

As demonstrações orçamentais que incluem as demonstrações previsionais e as demonstrações de relato orçamental, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão da Empresa, no dia 2 de março de 2020 e são expressas em euros.

Em conformidade com os números 1 e 2 do § 46 da NCP 26, um conjunto completo de demonstrações financeiras compreende as que a seguir se discriminam.

2.1 Demonstrações Previsionais

2.1.1 Orçamento

Orçamento - Receita

Exercício: 2019
 Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	Fonte Fin.	Económica	Descrição	Atividade	Prog. Medida	Valor	Total
Receitas de Capital							
1	319	10	Transferências de capital				1.789.866,00
1	319	1003	Administrações central				1.789.866,00
1	319	100308	Serviços e Fundos Autó...	000	014055	1.789.866,00	1.789.866,00
Total das Receitas de Capital							1.789.866,00
Total Fonte Fin. 319							1.789.866,00
Receitas Correntes							
1	513	05	Rendimentos da propriet...				3.694,00
1	513	0510	Rendas				3.694,00
1	513	051099	Outros	000	014055	3.694,00	3.694,00
1	513	08	Outras receitas correntes				275.244,00
1	513	0801	Outras receitas correntes				275.244,00
1	513	080199	Outras	000	014055	275.244,00	275.244,00
Total das Receitas Correntes							278.938,00
Total Fonte Fin. 513							278.938,00
Total Orgânica 1							2.068.804,00
Total Orçamento							2.068.804,00

Orçamento - Despesa

Exercício: 2019
 Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	Fonte Fin.	Económica	Descrição	Atividade	Prog. Medida	Valor	Total
Despesas Correntes							
1	319	01	Despesas com o pessoal				608.547,00
1	319	0101	Remunerações certas e p...				485.711,00
1	319	010104	Pessoal dos quadros-Re...	205	014055	436.286,00	436.286,00
1	319	010114	Subsídio de férias e de ...	205	014055	49.425,00	49.425,00
1	319	0102	Abonos variáveis ou even...				12.698,00
1	319	010214	Outros abonos em num...	205	014055	12.698,00	12.698,00
1	319	0103	Segurança social				110.138,00
1	319	010310	Outras despesas de seg...				110.138,00
1	319	0103100000	Outras despesas de s...	205	014055	110.138,00	110.138,00
1	319	02	Aquisição de bens e serviços				157.831,00
1	319	0202	Aquisição de serviços				157.831,00
1	319	020225	Outros serviços	205	014055	157.831,00	157.831,00
Total das Despesas Correntes							766.378,00
Despesas de Capital							
1	319	07	Aquisição de bens de capital				1.023.488,00
1	319	0701	Investimentos				1.023.488,00
1	319	070115	Outros serviços	205	014055	1.023.488,00	1.023.488,00
Total das Despesas de Capital							1.023.488,00
Total Fonte Fin. 319							1.789.866,00
Despesas de Capital							
1	513	07	Aquisição de bens de capital				278.938,00
1	513	0701	Investimentos				278.938,00
1	513	070115	Outros serviços	205	014055	278.938,00	278.938,00
Total das Despesas de Capital							278.938,00
Total Fonte Fin. 513							278.938,00
Total Orgânica 1							2.068.804,00
Total Orçamento							2.068.804,00

2.2 Demonstração de Relato Individual

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da Metro Mondego, S.A. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

Com o relato orçamental a Metro Mondego, S.A. pretende proporcionar aos utilizadores informação que evidencie que: os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e que os mesmos foram obtidos e usados de acordo com requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

Para dar satisfação a estes objetivos, as demonstrações orçamentais proporcionam informação sobre: Dotações de despesa e previsões de receita; Alterações orçamentais; Cabimentos, compromissos, obrigações e receitas liquidadas; Despesas pagas e receitas cobradas; Grau de execução orçamental (despesas e receitas); Desempenho orçamental.

2.2.1 Demonstração de Desempenho Orçamental

A demonstração de desempenho orçamental, evidencia importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos: da gerência anterior (3.388.962,82 €) e para a gerência seguinte (3.763.971,66 €), saldo global (375.008,84 €), saldo corrente (-1.146.716,74 €), saldo de capital (1.835.027,99 €) e saldo primário (375.008,84 €).

Exercício: 2019
Lançamento: 000

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	181.597,91	3.207.364,91	0,00	0,00	0,00	3.388.962,82	2.556.542,43
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					10.337,72	10.337,72	
	Receita corrente							
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	5.040,26	0,00	0,00	0,00	0,00	5.040,26	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras Receitas Correntes	174.927,13	0,00	0,00	0,00	0,00	174.927,13	0,00
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	45.161,99	1.789.866,00	0,00	0,00	0,00	1.835.027,99	0,00
R9.1	Transferências de capital	45.161,99	1.789.866,00	0,00	0,00	0,00	1.835.027,99	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	45.161,99	1.789.866,00	0,00	0,00	0,00	1.835.027,99	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	1.789.866,00	0,00	0,00	0,00	1.789.866,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	45.161,99	0,00	0,00	0,00	0,00	45.161,99	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	226.826,97	1.789.866,00	0,00	0,00	0,00	2.016.692,97	0,00
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	408.424,88	4.997.230,91	0,00	0,00	0,00	5.405.655,79	2.556.542,43
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					0,00	0,00	

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	0,00	496.812,01	0,00	0,00	0,00	496.812,01	0,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	400.421,88	0,00	0,00	0,00	400.421,88	0,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	9.077,31	0,00	0,00	0,00	9.077,31	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	87.312,82	0,00	0,00	0,00	87.312,82	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	113.218,48	0,00	0,00	0,00	113.218,48	0,00
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Aquisição de bens de capital	50.470,50	961.183,14	0,00	0,00	0,00	1.031.653,64	0,00
	Despesa de Capital							
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	50.470,50	1.591.213,63	0,00	0,00	0,00	1.641.684,13	
	Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [7]=[5]+[6]	50.470,50	1.591.213,63	0,00	0,00	0,00	1.641.684,13	
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]					3.289,56	3.289,56	
	Saldos para gerência seguinte							
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	357.954,38	3.406.017,28	0,00	0,00	0,00	3.763.971,66	2.556.542,43
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[8]-[C]					7.048,16	7.048,16	
	Saldo global [2]-[5]	176.356,47	198.652,37	0,00	0,00	0,00	375.008,84	0,00
	Despesa primária	50.470,50	1.591.213,63	0,00	0,00	0,00	1.641.684,13	0,00
	Saldo corrente	129.496,89	-1.591.213,63	0,00	0,00	0,00	-1.461.716,74	0,00
	Saldo de capital	45.161,99	1.789.866,00	0,00	0,00	0,00	1.835.027,99	0,00
	Saldo primário	176.356,47	198.652,37	0,00	0,00	0,00	375.008,84	0,00
	Receita total [1]+[2]+[3]	408.424,88	4.997.230,91	0,00	0,00	0,00	5.405.655,79	2.556.542,43
	Despesa total [5]+[6]	50.470,50	1.591.213,63	0,00	0,00	0,00	1.641.684,13	0,00

2.2.2 Demonstração de Execução Orçamental da Receita

A demonstração de execução orçamental — receita — permite o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico, sendo as receitas desagregadas de acordo com as contas do Plano de Contas Multidimensional usadas no orçamento. Esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da receita, nomeadamente as liquidações e quais os valores cobrados e por receber. Contemplar também informação das previsões corrigidas, obtidas por ligação a uma demonstração de alterações orçamentais à receita, que consta do Anexo.

RELATÓRIO E CONTAS 2019

Exercício: 2019
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Orgânica	Classificação				Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. org.	
	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receitas de Capital																		
1	319	000	014055	10	Transferências de capital	1.789.866,00	0,00	1.789.866,00	0,00	1.789.866,00	0,00	0,00	0,00	1.789.866,00	1.789.866,00	0,00	0,00%	100,0%
1	319	000	014055	1003	Administrações central	1.789.866,00	0,00	1.789.866,00	0,00	1.789.866,00	0,00	0,00	0,00	1.789.866,00	1.789.866,00	0,00	0,00%	100,0%
1	319	000	014055	100308	Serviços e Fundos Autónomos	1.789.866,00	0,00	1.789.866,00	0,00	1.789.866,00	0,00	0,00	0,00	1.789.866,00	1.789.866,00	0,00	0,00%	100,0%
1	319	000	014055	16	Saldo da gerência anterior	356.475,00	0,00	3.388.962,82	0,00	3.388.962,82	0,00	0,00	0,00	3.388.962,82	3.388.962,82	0,00	0,00%	950,7%
1	319	000	014055	1601	Saldo orçamental	356.475,00	0,00	3.388.962,82	0,00	3.388.962,82	0,00	0,00	0,00	3.388.962,82	3.388.962,82	0,00	0,00%	950,7%
1	319	000	014055	160101	Na posse do serviço	356.475,00	0,00	3.388.962,82	0,00	3.388.962,82	0,00	0,00	0,00	3.388.962,82	3.388.962,82	0,00	0,00%	950,7%
Total das Receitas de Capital						2.146.341,00	0,00	5.178.828,82	0,00	5.178.828,82	0,00	0,00	0,00	5.178.828,82	5.178.828,82	0,00	0,00%	241,3%
Total Atividade 000						2.146.341,00	0,00	5.178.828,82	0,00	5.178.828,82	0,00	0,00	0,00	5.178.828,82	5.178.828,82	0,00	0,00%	241,3%
Total Fonte Fin. 319						2.146.341,00	0,00	5.178.828,82	0,00	5.178.828,82	0,00	0,00	0,00	5.178.828,82	5.178.828,82	0,00	0,00%	241,3%
Receitas Correntes																		
1	513	000	014055	05	Rendimentos da propriedade	5.075,00	1.234,28	5.074,68	0,00	5.040,26	0,00	0,00	1.234,28	3.805,98	5.040,26	1.268,70	24,32%	75,0%
1	513	000	014055	0510	Rendas	5.075,00	1.234,28	5.074,68	0,00	5.040,26	0,00	0,00	1.234,28	3.805,98	5.040,26	1.268,70	24,32%	75,0%
1	513	000	014055	051099	Outros	5.075,00	1.234,28	5.074,68	0,00	5.040,26	0,00	0,00	1.234,28	3.805,98	5.040,26	1.268,70	24,32%	75,0%
1	513	000	014055	08	Outras receitas correntes	203.925,00	0,00	174.927,13	0,00	174.927,13	0,00	0,00	0,00	174.927,13	174.927,13	0,00	0,00%	85,8%
1	513	000	014055	0801	Outras receitas correntes	203.925,00	0,00	174.927,13	0,00	174.927,13	0,00	0,00	0,00	174.927,13	174.927,13	0,00	0,00%	85,8%
1	513	000	014055	080199	Outras	203.925,00	0,00	174.927,13	0,00	174.927,13	0,00	0,00	0,00	174.927,13	174.927,13	0,00	0,00%	85,8%
Total das Receitas Correntes						209.000,00	1.234,28	180.001,81	0,00	179.967,39	0,00	0,00	1.234,28	178.733,11	179.967,39	1.268,70	0,59%	85,5%
Receitas de Capital																		
1	513	000	014055	10	Transferências de capital	68.038,00	0,00	68.037,48	0,00	45.161,99	0,00	0,00	0,00	45.161,99	45.161,99	22.875,50	0,00%	66,4%
1	513	000	014055	1005	Administração local	68.038,00	0,00	68.037,48	0,00	45.161,99	0,00	0,00	0,00	45.161,99	45.161,99	22.875,50	0,00%	66,4%
1	513	000	014055	100501	Contínente	68.038,00	0,00	68.037,48	0,00	45.161,99	0,00	0,00	0,00	45.161,99	45.161,99	22.875,50	0,00%	66,4%
1	513	000	014055	15	Reposições não abetidas nos pagamentos	1.900,00	0,00	1.697,59	0,00	1.697,59	0,00	0,00	0,00	1.697,59	1.697,59	0,00	0,00%	89,3%
1	513	000	014055	1501	Reposições não abetidas nos pagamentos	1.900,00	0,00	1.697,59	0,00	1.697,59	0,00	0,00	0,00	1.697,59	1.697,59	0,00	0,00%	89,3%
1	513	000	014055	150101	Reposições não abetidas nos pagamentos	1.900,00	0,00	1.697,59	0,00	1.697,59	0,00	0,00	0,00	1.697,59	1.697,59	0,00	0,00%	89,3%
Total das Receitas de Capital						69.938,00	0,00	69.735,08	0,00	46.859,58	0,00	0,00	0,00	46.859,58	46.859,58	22.875,50	0,00%	67,0%
Total Atividade 000						278.938,00	1.234,28	249.736,89	0,00	226.826,97	0,00	0,00	1.234,28	225.592,69	226.826,97	24.144,20	0,44%	80,9%
Total Fonte Fin. 513						278.938,00	1.234,28	249.736,89	0,00	226.826,97	0,00	0,00	1.234,28	225.592,69	226.826,97	24.144,20	0,44%	80,9%

2.2.3 Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

A demonstração de execução orçamental — despesa — permite o controlo da execução orçamental da despesa durante o período contabilístico. As despesas são desagregadas de acordo com as contas do Plano de Contas Multidimensional usadas no orçamento. Esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da despesa, nomeadamente os compromissos assumidos e quais os valores pagos e por pagar. Contempla informação das dotações corrigidas, obtidas por ligação a uma demonstração de alterações orçamentais à despesa, que consta do Anexo.

RELATÓRIO E CONTAS 2019

Exercício: 2019
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação			Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. org.	
		Atividade	Programa	Económica							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
1	319	205	014055		Funcionamento normal												
					Despesas Correntes												
1	319	205	014055	01	Despesas com o pessoal	13.550,97	572.062,00	0,00	514.712,45	514.712,45	13.550,97	483.261,04	496.812,01	0,00	17.900,44	2,37%	84,48%
1	319	205	014055	0101	Remunerações certas e permanentes	8.248,37	453.062,00	0,00	411.763,89	411.763,89	8.248,37	392.173,51	400.421,88	0,00	11.342,01	1,82%	86,56%
1	319	205	014055	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	8.248,37	410.175,00	0,00	377.611,83	377.611,83	8.248,37	358.021,45	366.269,82	0,00	11.342,01	2,01%	87,29%
1	319	205	014055	010114	Subsídio de férias e de Natal	0,00	42.887,00	0,00	34.152,06	34.152,06	0,00	34.152,06	34.152,06	0,00	0,00	0,00%	79,63%
1	319	205	014055	0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	24.613,00	0,00	9.077,31	9.077,31	0,00	9.077,31	9.077,31	0,00	0,00	0,00%	36,88%
1	319	205	014055	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	0,00	24.613,00	0,00	9.077,31	9.077,31	0,00	9.077,31	9.077,31	0,00	0,00	0,00%	36,88%
1	319	205	014055	0103	Segurança social	5.302,60	94.387,00	0,00	93.871,25	93.871,25	5.302,60	82.010,22	87.312,82	0,00	6.558,43	5,62%	86,89%
1	319	205	014055	010310	Outras despesas de segurança social	5.302,60	94.387,00	0,00	93.871,25	93.871,25	5.302,60	82.010,22	87.312,82	0,00	6.558,43	5,62%	86,89%
1	319	205	014055	0103100000	Outras despesas de segurança social	5.302,60	94.387,00	0,00	93.871,25	93.871,25	5.302,60	82.010,22	87.312,82	0,00	6.558,43	5,62%	86,89%
1	319	205	014055	02	Aquisição de bens e serviços	1.001,11	179.188,00	0,00	119.273,83	119.273,83	2.473,11	110.745,37	113.218,48	0,00	6.055,35	1,38%	61,80%
1	319	205	014055	0202	Aquisição de serviços	1.001,11	179.188,00	0,00	119.273,83	119.273,83	2.473,11	110.745,37	113.218,48	0,00	6.055,35	1,38%	61,80%
1	319	205	014055	020225	Outros serviços	1.001,11	179.188,00	0,00	119.273,83	119.273,83	2.473,11	110.745,37	113.218,48	0,00	6.055,35	1,38%	61,80%
					Total das Despesas Correntes	14.552,08	751.250,00	0,00	633.986,28	633.986,28	16.024,08	594.006,41	610.030,48	0,00	23.955,79	2,13%	79,07%
					Despesas de Capital												
1	319	205	014055	07	Aquisição de bens de capital	0,00	1.395.091,00	0,00	982.458,70	982.458,70	0,00	981.183,14	981.183,14	0,00	1.275,56	0,00%	70,33%
1	319	205	014055	0701	Investimentos	0,00	1.395.091,00	0,00	982.458,70	982.458,70	0,00	981.183,14	981.183,14	0,00	1.275,56	0,00%	70,33%
1	319	205	014055	070115	Outros serviços	0,00	1.395.091,00	0,00	982.458,70	982.458,70	0,00	981.183,14	981.183,14	0,00	1.275,56	0,00%	70,33%
					Total das Despesas de Capital	0,00	1.395.091,00	0,00	982.458,70	982.458,70	0,00	981.183,14	981.183,14	0,00	1.275,56	0,00%	70,33%
					Total Atividade 205	14.552,08	2.146.341,00	0,00	1.616.444,98	1.616.444,98	16.024,08	1.575.189,55	1.591.213,63	0,00	25.231,35	0,75%	73,39%
					Total Fonte Fin. 319	14.552,08	2.146.341,00	0,00	1.616.444,98	1.616.444,98	16.024,08	1.575.189,55	1.591.213,63	0,00	25.231,35	0,75%	73,39%
					Despesas de Capital												
1	513	205	014055	07	Aquisição de bens de capital	0,00	278.938,00	0,00	173.211,14	173.211,14	0,00	50.470,50	50.470,50	0,00	122.740,64	0,00%	18,09%
1	513	205	014055	0701	Investimentos	0,00	278.938,00	0,00	173.211,14	173.211,14	0,00	50.470,50	50.470,50	0,00	122.740,64	0,00%	18,09%
1	513	205	014055	070115	Outros serviços	0,00	278.938,00	0,00	173.211,14	173.211,14	0,00	50.470,50	50.470,50	0,00	122.740,64	0,00%	18,09%
					Total das Despesas de Capital	0,00	278.938,00	0,00	173.211,14	173.211,14	0,00	50.470,50	50.470,50	0,00	122.740,64	0,00%	18,09%
					Total Atividade 205	0,00	278.938,00	0,00	173.211,14	173.211,14	0,00	50.470,50	50.470,50	0,00	122.740,64	0,00%	18,09%
					Total Fonte Fin. 513	0,00	278.938,00	0,00	173.211,14	173.211,14	0,00	50.470,50	50.470,50	0,00	122.740,64	0,00%	18,09%
					Total Orgânica 1	14.552,08	2.425.279,00	0,00	1.789.656,12	1.789.656,12	16.024,08	1.625.660,05	1.641.684,13	0,00	147.971,99	0,66%	67,03%

2.2.4 Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

Não aplicável em 2019.

2.3 Demonstrações Orçamentais

2.3.1 Alterações Orçamentais da Receita

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram no período de relato. Em 2019 foram efetuadas alterações orçamentais permutativas ao nível da receita para permitir inscrever no orçamento receita liquidada que não tinha sido prevista no orçamento inicial. O valor mais expressivo, 68.038,00 €, é resultado do PART, tal como descrito na Nota 4.3 do anexo do subsistema de contabilidade financeira.

Exercício:		2019									
Lançamento:		-TODOS-									
		Classificação				Receita					
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica	Descrição	Previsões Iniciais	Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	Previsões Corrigidas	Observações
1	319	000	014055		Funcionamento normal						
					Receitas de Capital						
1	319	000	014055	10	Transferências de capital	1.789.866,00	0,00	0,00	0,00	1.789.866,00	
1	319	000	014055	1003	Administrações central	1.789.866,00	0,00	0,00	0,00	1.789.866,00	
1	319	000	014055	100308	Serviços e Fundos Autónomos	1.789.866,00	0,00	0,00	0,00	1.789.866,00	
1	319	000	014055	16	Saldo da gestão anterior	0,00	0,00	0,00	356.475,00	356.475,00	
1	319	000	014055	1601	Saldo orçamental	0,00	0,00	0,00	356.475,00	356.475,00	
1	319	000	014055	160101	Na posse do serviço	0,00	0,00	0,00	356.475,00	356.475,00	
					Total das Receitas de Capital	1.789.866,00	0,00	0,00	356.475,00	2.146.341,00	
					Total Atividade 000	3.369.590,00	0,00	0,00	356.475,00	2.146.341,00	
					Total Fonte Fin. 319	1.789.866,00	0,00	0,00	356.475,00	2.146.341,00	
					Receitas Correntes						
1	513	000	014055	05	Rendimentos de propriedade	3.694,00	1.381,00	0,00	0,00	5.075,00	
1	513	000	014055	0510	Rendas	3.694,00	1.381,00	0,00	0,00	5.075,00	
1	513	000	014055	051099	Outros	3.694,00	1.381,00	0,00	0,00	5.075,00	
1	513	000	014055	06	Outras receitas correntes	275.244,00	0,00	71.319,00	0,00	203.925,00	
1	513	000	014055	0601	Outras receitas correntes	275.244,00	0,00	71.319,00	0,00	203.925,00	
1	513	000	014055	060199	Outras	275.244,00	0,00	71.319,00	0,00	203.925,00	
					Total das Receitas Correntes	278.938,00	1.381,00	71.319,00	0,00	209.000,00	
					Receitas de Capital						
1	513	000	014055	10	Transferências de capital	0,00	68.038,00	0,00	0,00	68.038,00	
1	513	000	014055	1005	Administração local	0,00	68.038,00	0,00	0,00	68.038,00	
1	513	000	014055	100501	Contínente	0,00	68.038,00	0,00	0,00	68.038,00	
1	513	000	014055	15	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	1.900,00	0,00	0,00	1.900,00	
1	513	000	014055	1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	1.900,00	0,00	0,00	1.900,00	
1	513	000	014055	150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	1.900,00	0,00	0,00	1.900,00	
					Total das Receitas de Capital	0,00	69.938,00	0,00	0,00	69.938,00	
					Total Atividade 000	836.814,00	71.319,00	71.319,00	0,00	278.938,00	
					Total Fonte Fin. 513	278.938,00	71.319,00	71.319,00	0,00	278.938,00	
					Total Orgânica 1	2.068.804,00	71.319,00	71.319,00	356.475,00	2.425.279,00	

2.3.2 Alterações Orçamentais da Despesa

Os pressupostos para a elaboração do orçamento para 2019 não tiveram em consideração todas as modificações que ocorreram posteriormente e, das quais, resultou o aumento da estrutura da empresa em consequência da redefinição do projeto da Metro Mondego, S.A. Foi assim necessário rever o Plano de Atividades e Orçamento para 2019, tendo sido a versão assinada em 5 de setembro de 2019 aprovada por sua Excelência o Sr. Secretário de Estado do Tesouro em 16 de outubro de 2019 e comunicada através do ofício 4815/2019. Sua Excelência o Secretário de Estado do Orçamento autorizou, através do Despacho n.º

RELATÓRIO E CONTAS 2019

1685/2019 de 4 de outubro de 2010, o reforço do orçamento nas rubricas 02.02.05 e 07.01.15 em 21.357 € e 15.128 € respetivamente por contrapartida da dotação inscrita na rubrica 01 – Despesas com o Pessoal, assim como a utilização do saldo de gerência no valor de 151.268 € para reforço da rubrica 07.01.15 – Aquisição de bens de capital – Outros Investimentos.

Exercício: 2019					(Valores em €)						
Langamento: <TODOS>											
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica	Descrição	Dotações Iniciais	Despesa			Dotações Corrigidas	Observações
							Inscrições/ Retornos	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Orcitos Especiais		
Despesas Correntes											
1	319	205	014055	01	Despesas com o pessoal	600.547,00	16.489,00	52.974,00	0,00	572.062,00	
1	319	205	014055	0101	Remunerações certas e permanentes	485.711,00	0,00	32.649,00	0,00	453.062,00	
1	319	205	014055	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	436.136,00	0,00	26.111,00	0,00	410.175,00	
1	319	205	014055	010114	Subsídio de férias e de Natal	49.425,00	0,00	6.538,00	0,00	42.887,00	
1	319	205	014055	0102	Abonos variáveis ou eventuais	12.696,00	13.489,00	1.574,00	0,00	24.613,00	
1	319	205	014055	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	12.696,00	13.489,00	1.574,00	0,00	24.613,00	
1	319	205	014055	0103	Segurança social	110.136,00	3.000,00	18.751,00	0,00	94.387,00	
1	319	205	014055	010310	Outras despesas de segurança social	110.136,00	3.000,00	18.751,00	0,00	94.387,00	
1	319	205	014055	0103100000	Outras despesas de segurança social	110.136,00	3.000,00	18.751,00	0,00	94.387,00	
1	319	205	014055	02	Aquisição de bens e serviços	157.831,00	21.357,00	0,00	0,00	179.188,00	
1	319	205	014055	0202	Aquisição de serviços	157.831,00	21.357,00	0,00	0,00	179.188,00	
1	319	205	014055	020225	Outros serviços	157.831,00	21.357,00	0,00	0,00	179.188,00	
Total das Despesas Correntes						766.378,00	37.846,00	52.974,00	0,00	751.250,00	
Despesas de Capital											
1	319	205	014055	07	Aquisição de bens de capital	1.023.488,00	15.128,00	0,00	356.475,00	1.395.091,00	
1	319	205	014055	0701	Investimentos	1.023.488,00	15.128,00	0,00	356.475,00	1.395.091,00	
1	319	205	014055	070115	Outros serviços	1.023.488,00	15.128,00	0,00	356.475,00	1.395.091,00	
Total das Despesas de Capital						1.023.488,00	15.128,00	0,00	356.475,00	1.395.091,00	
Total Atividade 205						1.789.866,00	52.974,00	52.974,00	356.475,00	2.146.341,00	
Total Fonte Fin. 319						1.789.866,00	52.974,00	52.974,00	356.475,00	2.146.341,00	
Despesas de Capital											
1	513	205	014055	07	Aquisição de bens de capital	278.938,00	0,00	0,00	0,00	278.938,00	
1	513	205	014055	0701	Investimentos	278.938,00	0,00	0,00	0,00	278.938,00	
1	513	205	014055	070115	Outros serviços	278.938,00	0,00	0,00	0,00	278.938,00	
Total das Despesas de Capital						278.938,00	0,00	0,00	0,00	278.938,00	
Total Atividade 205						278.938,00	0,00	0,00	0,00	278.938,00	
Total Fonte Fin. 513						278.938,00	0,00	0,00	0,00	278.938,00	
Total Orgânica 1						2.068.804,00	52.974,00	52.974,00	356.475,00	2.425.279,00	

2.4 Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Não aplicável decorrente do referido no 2.2.4.

2.5 Operações de Tesouraria

Código de Conta	Descrição	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
071	Recebimentos por operações de tesouraria	10 337,72	0,00	0,00	10 337,72
0713	Constituição e reforço de cauções e garanti:	10 337,72	0,00	0,00	10 337,72
072	Pagamentos por operações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	-3 289,56
0729	Outras operações de tesouraria	0,00	0,00	-3 289,56	-3 289,56
Total		10 337,72	0,00	0,00	7 048,16

As operações de tesouraria geram influxos ou efluxos de caixa, mas não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental, mas que têm expressão na tesouraria e na contabilidade da entidade. Em 2019 os movimentos ocorridos nas rubricas extraorçamentais referem-se apenas à constituição de um depósito caução no âmbito de um processo judicial em curso.

2.6 Contratação Administrativa

2.6.1 Situação dos Contratos

	A	B	C	D	E	G	H
1	Descrição Entidade	Descrição Objeto	Data	Data 1.º Pág.	Valor	Trabalhos normais	Total
3	S.L.C.- SOCIEDADE DE LIMPEZAS DO CENTRO, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	09/01/2019	20/02/2019	2.100,00	1.506,75	1.506,75
4	ESPECTRO - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	14/01/2019	21/01/2019	1.250,00	1.025,38	1.025,38
5	ESPECTRO - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	14/01/2019	21/01/2019	1.520,00	836,37	836,37
6	XEROX PORTUGAL - EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	14/01/2019	19/03/2019	381,12	468,76	468,76
7	UITP - Union Internationale des Transports Publics	Bens e serv. - Ajuste direto	14/01/2019	01/03/2019	1.946,83	1.997,35	1.997,35
8	NOS COMUNICAÇÕES, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	14/01/2019	06/02/2019	242,88	123,10	123,10
9	LUSITÂNIA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	15/01/2019	16/01/2019	4.186,00	4.186,00	4.186,00
10	TREVIM - COOPERATIVA EDITORA E DE PROMOÇÃO CULTURA	Bens e serv. - Ajuste direto	15/01/2019	21/01/2019	16,26	20,00	20,00
11	ESPECTRO - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	15/01/2019	20/02/2019	1.322,90	1.627,17	1.627,17
12	ESPECTRO - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	06/02/2019	20/02/2019	70,40	86,59	86,59
13	Yunit Commerce, Lda.	Bens e serv. - Ajuste direto	01/02/2019	15/02/2019	117,46	144,47	144,47
14	CASA MOUZINHO - MOURA, PEREIRA & PAIVA, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	02/02/2019	20/02/2019	55,10	67,77	67,77
15	S.L.C.- SOCIEDADE DE LIMPEZAS DO CENTRO, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	15/02/2019	20/02/2019	160,00	196,80	196,80
16	S.L.C.- SOCIEDADE DE LIMPEZAS DO CENTRO, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	15/02/2019	04/03/2019	160,00	196,80	196,80
17	ANTÓNIO RUIVO, UNIPessoal, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	01/03/2019	19/03/2019	210,21	253,68	253,68
18	COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	01/03/2019	04/03/2019	908,79	908,79	908,79
19	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS SA	Bens e serv. - Ajuste direto	04/03/2019	04/03/2019	235,54	235,54	235,54
20	ANTÓNIO RUIVO, UNIPessoal, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	08/03/2019	19/03/2019	46,79	57,55	57,55
21	ALTO S.JOÃO PNEUS - COMÉRCIO DE PNEUS, UNIPessoal,	Bens e serv. - Ajuste direto	20/03/2019	05/04/2019	126,03	155,00	155,00
22	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA NORM. CERTIFIC. FERROVIÁRIA	Bens e serv. - Ajuste direto	20/03/2019	05/04/2019	400,00	400,00	400,00
23	EXTINTEL, SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	20/03/2019	05/04/2019	24,21	29,78	29,78
24	SCANTEC - INFORMÁTICA, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	20/03/2019	05/04/2019	174,50	214,64	214,64
25	S.L.C.- SOCIEDADE DE LIMPEZAS DO CENTRO, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	16/04/2019	22/04/2019	160,00	196,80	196,80
26	S.L.C.- SOCIEDADE DE LIMPEZAS DO CENTRO, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	16/04/2019	31/05/2019	160,00	196,80	196,80
27	ALLCLIMA - CLIMATIZAÇÕES, UNIPessoal, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	17/04/2019	08/07/2019	325,20	307,50	307,50
28	RELOAD - CONSULTORIA INFORMÁTICA, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	17/04/2019	15/05/2019	195,20	240,10	240,10
29	ANTÓNIO RUIVO, UNIPessoal, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	21/05/2019	31/05/2019	55,64	68,44	68,44
30	COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	24/05/2019	31/05/2019	645,00	88,12	88,12
31	S.L.C.- SOCIEDADE DE LIMPEZAS DO CENTRO, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	07/06/2019	14/06/2019	160,00	196,80	196,80
32	TEKHNOMA - COMERCIO DE NOVAS TECNOLOGIAS, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	11/06/2019	19/06/2019	64,96	79,90	79,90
33	A PIRÂMIDE - SERVIÇOS DE LIMPEZA, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	25/09/2019	20/11/2019	195,00	239,85	239,85
34	YHX INVESTMENTS, SA	Bens e serv. - Ajuste direto	30/09/2019	03/10/2019	122,84	151,09	151,09
35	VICTÓRIA - SEGUROS, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	30/10/2019	06/11/2019	68,13	68,13	68,13
36	COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	20/11/2019	28/11/2019	604,45	604,45	604,45
37	AUTO INDUSTRIAL, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	22/11/2019	18/12/2019	568,94	720,56	720,56
38	WORTEN - EQUIPAMENTOS PARA O LAR, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	27/11/2019	04/12/2019	787,79	968,99	968,99
39	A PIRÂMIDE - SERVIÇOS DE LIMPEZA, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	06/12/2019	18/12/2019	195,00	239,85	239,85
40	A PIRÂMIDE - SERVIÇOS DE LIMPEZA, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	06/12/2019	05/02/2020	195,00	0,00	0,00
41	TEKHNOMA - COMERCIO DE NOVAS TECNOLOGIAS, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	17/12/2019	30/12/2019	63,33	77,90	77,90
42	YHX INVESTMENTS, SA	Bens e serv. - Ajuste direto	17/12/2019	30/12/2019	104,31	128,30	128,30
43	AUTO INDUSTRIAL, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	17/12/2019	30/12/2019	239,46	294,54	294,54
44	DIGITAL RIVER IRELAND, LTD	Bens e serv. - Ajuste direto	01/12/2019	23/12/2019	3.872,00	2.400,00	2.400,00
45	METRO DO PORTO S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	30/12/2019	30/12/2019	2.567,33	2.567,33	2.567,33
46	RAFAEL LUIS VALE E REIS	Bens e serv. - Ajuste direto	09/01/2019	18/01/2019	20.640,00	24.957,20	24.957,20
47	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	09/01/2019	21/01/2019	2.640,00	2.341,36	2.341,36
48	VODAFONE PORTUGAL - Comunicações Pessoais, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	09/01/2019	28/01/2019	934,84	453,18	453,18
49	ENSOORIGINS, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	09/01/2019	08/02/2019	13.772,36	16.974,00	16.974,00
50	GRUPEME - SERVIÇOS DE SEGURANÇA, LDA	Bens e serv. - Ajuste direto	14/01/2019	19/03/2019	1.097,08	1.349,41	1.349,41
51	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	04/05/2019	03/06/2019	1.948,80	815,88	815,88
52	PRIMAVERA BUSINESS SOFTWARE SOLUTIONS, SA	Bens e serv. - Ajuste direto	25/09/2019	05/11/2019	6.926,74	8.519,89	8.519,89
53	ESPECTRO - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Bens e serv. - Ajuste direto	13/11/2019	18/12/2019	5.274,90	6.488,13	6.488,13
54	DORA ISABEL SARABANDO FERRO	Bens e serv. - Concursos	09/01/2019	18/01/2019	23.300,04	28.173,58	28.173,58
55	ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, L	Bens e serv. - Concursos	09/01/2019	08/02/2019	10.000,00	13.193,35	13.193,35
56	CP - COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.	Bens e serv. - Concursos	09/01/2019	17/04/2019	691.056,91	641.736,72	641.736,72
57	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	Bens e serv. - Concursos	14/01/2019	21/01/2019	8.285,29	7.707,92	7.707,92
58	INTERBOLSA, SA	Bens e serv. - Concursos	29/01/2019	08/02/2019	100,00	123,00	123,00
59	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS SA	Bens e serv. - Concursos	15/02/2019	20/02/2019	514,49	514,49	514,49
60	DIARIO DE COIMBRA, LDA	Bens e serv. - Concursos	04/04/2019	22/04/2019	122,64	130,00	130,00
61	CP - COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.	Bens e serv. - Concursos	06/05/2019	08/07/2019	1.300,83	1.600,02	1.600,02
62	SEGHISA - GABINETE TÉCNICO DE SEGURANÇA, HIGIENE E	Bens e serv. - Concursos	09/05/2019	24/05/2019	594,50	611,72	611,72
63	MARIA MARGARIDA MORA IBERICO NOGUEIRA CASTRO SOUSA	Bens e serv. - Concursos	09/01/2019	08/02/2019	36.454,32	35.457,19	35.457,19
64	AC - ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.	Bens e serv. - Concursos	14/01/2019	21/01/2019	219,61	177,66	177,66
65	AC - ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.	Bens e serv. - Concursos	14/01/2019	21/01/2019	238,68	180,51	180,51
66	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO CORVO	Bens e serv. - Concursos	14/01/2019	21/02/2019	483,15	427,86	427,86
67	AC - ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.	Bens e serv. - Concursos	14/01/2019	21/01/2019	583,47	397,11	397,11
68	ENGIMIND - CONSULTORES DE ENGENHARIA E PLANEAMENTO	Bens e serv. - Concursos	02/02/2019	17/04/2019	40.000,00	44.280,00	44.280,00

RELATÓRIO E CONTAS 2019

Em 2019, os pagamentos no âmbito dos contratos celebrados referem-se apenas a trabalhos normais, não existindo assim pagamentos relativos a revisão de preços, trabalhos a mais, trabalhos de suprimentos e erros ou outros trabalhos incluindo os trabalhos a menos.

2.6.2 Adjudicações por tipo de procedimento

	B	C	D	E	F
	Forma de Adjudicação	Objeto contrato	Tipo objeto	Valor	n.º de contratos
142					
143	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto	Bens e serv. - Ajuste direto - Computadores portát	5.274,90	1
144	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto	Bens e serv. - Ajuste direto - Manutenção de softw	6.926,74	1
145	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto	Bens e serv. - Ajuste direto - Serviços de assesso	20.640,00	1
146	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto	Bens e serv. - Ajuste direto - Serviços de assistê	13.772,36	1
147	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto	Bens e serv. - Ajuste direto - Serviços de telecom	7.471,98	4
148	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto	Bens e serv. - Ajuste direto - Sistemas e disposit	1.097,08	1
149	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Bandeiras	55,10	1
150	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Cargas para extinto	24,21	1
151	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Cartuchos de tinta	64,96	1
152	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Computadores portát	4.896,90	3
153	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Configurações infor	174,50	1
154	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Equipamento audiovi	787,79	1
155	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Equipamento e mater	70,40	1
156	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Equipamento para vi	732,00	1
157	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Impressoras laser	1.520,00	1
158	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Jornais	16,26	1
159	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Material de escritó	285,10	3
160	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Outros serviços	2.967,33	2
161	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Pacote de software	7.019,97	2
162	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Papel autocopiador	122,84	1
163	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Pneus para veiculos	239,46	1
164	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Serviços de arquite	3.804,88	1
165	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Serviços de limpeza	3.615,00	10
166	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Serviços de manuten	568,94	1
167	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Serviços de reparaç	1.644,59	6
168	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Serviços de seguro	235,54	1
169	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Serviços de seguros	6.412,37	5
170	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Serviços de telecom	242,88	1
171	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Sistemas de aquecim	325,20	1
172	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Sistemas de informa	195,20	1
173	Bens e serv. - Ajuste direto	Ajuste direto simplificado	Bens e serv. - Ajuste direto - Tinta para impressã	1.250,00	1
174	Bens e serv. - Concursos	Concurso público	Bens e serv. - Concursos - Serviços de contabilidade	23.300,04	1
175	Excluído do âmbito de aplicação	Excluído do âmbito de aplicação	Bens e serv. - Concursos - Serviços de consultoria	456.970,00	2
176	Excluído do âmbito de aplicação	Excluído do âmbito de aplicação	Bens e serv. - Concursos - outros serviços	594,50	1
177	Excluído do âmbito de aplicação	Excluído do âmbito de aplicação	Bens e serv. - Concursos - Electricidade	8.285,29	1
178	Excluído do âmbito de aplicação	Excluído do âmbito de aplicação	Bens e serv. - Concursos - Serviços auxiliares dos	692.357,74	2
179	Excluído do âmbito de aplicação	Excluído do âmbito de aplicação	Bens e serv. - Concursos - Serviços de administraç	100,00	1
180	Excluído do âmbito de aplicação	Excluído do âmbito de aplicação	Bens e serv. - Concursos - Serviços de assinatura	122,64	1
181	Excluído do âmbito de aplicação	Excluído do âmbito de aplicação	Bens e serv. - Concursos - Serviços de auditoria f	10.000,00	1
182	Excluído do âmbito de aplicação	Excluído do âmbito de aplicação	Bens e serv. - Concursos - Serviços de distribuiçã	1.524,91	4
183	Excluído do âmbito de aplicação	Excluído do âmbito de aplicação	Bens e serv. - Concursos - Serviços de seguros	514,49	1
184	Excluído do âmbito de aplicação	Excluído do âmbito de aplicação	Bens e serv. - Concursos - Serviços de venda ou ar	36.454,32	1
185	Total Geral			1.322.678,41	74

2.7 Transferências e Subsídios

2.7.1 Transferências e Subsídios – Despesa

Não foram efetuadas quaisquer transferências relativas a subsídios concedidos visto que a entidade não concede subsídios.

2.7.2 Transferências e Subsídios – Receita

Tipo de Receita	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Fianciadora	Receita Prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Observações
Transferências de capital:								
(...)	OE 2019		IMT	1.789.866,00 €	1.789.866,00 €	- €	- €	
Total de Transferências de capital				1.789.866,00 €	1.789.866,00 €			

2.8 Outras Divulgações

De acordo com a orientação da DGO na Circular Série A n.º 1390 – Instruções para preparação do OE-2019, a MM adota o regime simplificado na classificação das receitas e despesas. Desta forma, efetua o registo do orçamento diretamente no SIGO/SOE, adotando uma versão simplificada do classificador económico das receitas e despesas públicas, disponíveis no «Anexo XV – Classificador de Receita e Despesa aplicável ao orçamento das EPR – Regime Simplificado».

DATA E ASSINATURAS

Coimbra, 2 de março de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr.ª Dora Isabel Sarabando Ferro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º João Rui de Sousa Simões Fernandes
Marrana
(Presidente)

Professor Doutor Eduardo Jorge Gonçalves
Barata
(Vogal executivo)

Dr.ª Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo
(Vogal não executiva)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

1/3
A

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Metro Mondego, SA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 47 751 401 ,43 euros e um total de fundos próprios 36 898 424,75 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 25 752,64 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Metro Mondego, SA** em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

2/3
A

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

3/3

- comunicámos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 5 405 655,79 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 1641 684,13 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

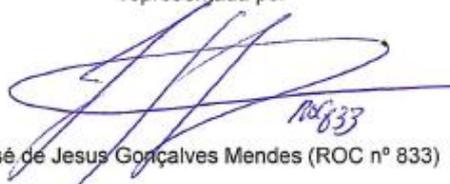
Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 2 de março de 2020

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda

representada por



108833

José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

1/2
A

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

1. Nos termos do mandato que nos foi conferido e nas demais disposições legais e estatutárias apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de gestão, bem como sobre proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **METRO MONDEGO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.
2. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a atividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços Administrativos da empresa todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.
3. Emitimos parecer favorável sobre instrumentos previsionais para o ano de 2019, embora subordinado aos constrangimentos explicitados nos pressupostos à elaboração do plano e orçamento apresentado pela empresa.
4. Analisámos as demonstrações financeiras semestrais e respetiva documentação de suporte no âmbito das nossas atribuições, tendo emitido o correspondente Relatório.
5. Verificámos a concordância da informação financeira constante do Relatório do Conselho de Administração com a informação veiculada pelos demais documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.
6. A empresa deu igualmente cumprimento às demais orientações legais vigentes para o SEE, designadamente as reduções remuneratórias.
7. Nos termos do disposto no artigo 7º do Estatuto do gestor público (DL nº 71/2007 de 27 de Março), o membro não executivo do órgão de administração, expressou uma opinião positiva, sobre o desempenho individual dos gestores executivos, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa.
8. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da empresa, procedemos a emissão da Certificação Legal das Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
9. Na qualidade de Fiscal Único, e em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 54º do Decreto-Lei nº133/2013 de 3 de Outubro, entendemos que o "Relatório de Boas Práticas de Governo Societário" cumpre os deveres de relato estabelecidos.



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

2/2

10. Entendemos que os documentos de prestação de contas apresentados permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **METRO MONDEGO, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2019, bem como o resultado das suas operações do exercício findo naquela data.

11. Nestes termos somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Balanço, a Demonstração de resultados por natureza e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos apresentados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

12. Finalmente o Fiscal Único deseja agradecer a Administração e nos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 2 de março de 2020

O FISCAL ÚNICO

José de Jesus Gonçalves Mendes